

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
NO CAMPUS MACAPÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**

FÁTIMA SUELI OLIVEIRA DOS SANTOS

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
NO CAMPUS MACAPÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

FÁTIMA SUELI OLIVEIRA DOS SANTOS

Sob a Orientação do Professor
Dr. José dos Santos Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Novembro de 2014

373.246

S237c

T

Santos, Fátima Sueli Oliveira dos, 1973-
Concepções e práticas de estágio
supervisionado no Campus Macapá do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá / Fátima Sueli Oliveira
dos Santos. - 2014.

111 f.: il.

Orientador: José dos Santos Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2014.

Bibliografia: f. 88-95.

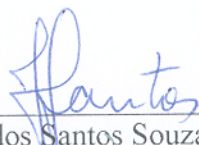
1. Ensino profissional - Teses. 2.
Ensino técnico - Teses. 3. Programas de
estágios - Teses. 4. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
(Campus Macapá) - Teses. I. Souza, José
dos Santos, 1966- II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-
Graduação em Educação Agrícola. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

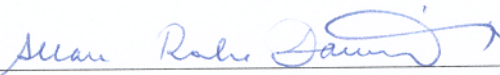
FÁTIMA SUELI OLIVEIRA DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

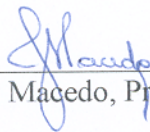
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/11/2014.



José dos Santos Souza, Prof. Dr. UFRRJ



Allan Rocha Damasceno, Prof. Dr. UFRRJ



Jussara Marques Macedo, Profa. Dra. UFRJ

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, em especial minha mãe e meu pai, pelo apoio, principalmente na hora da ausência.

Ao Prof. Dr. José dos Santos Souza, meu orientador, que não mediu esforços para atravessar o Brasil e vir à Amazônia para contribuir, da melhor forma possível, para o desenvolvimento da pesquisa, com profissionalismo sem igual. Obrigada mesmo, pois aprendi muito.

À banca examinadora, em especial aos professores Dr^a Jussara Marques de Macedo, da UFRJ, e Dr. Allan Rocha Damasceno, da UFRRJ, pela oportunidade de tê-los contribuindo na produção final da dissertação, por meio das suas pertinentes considerações.

Ao IFAP, pela parceria com o PPGEA, oportunidade ímpar de realizar este mestrado.

Aos renomados professores do PPGEA, que abdicaram muitas vezes de estar com seus familiares, nos finais de semana, para viajarem a Macapá, exercendo seu compromisso com a Educação.

Aos colegas de trabalho, pela ajuda nas substituições quando precisei me ausentar inúmeras vezes da sala de aula, pois, junto comigo, abraçaram a causa por ser de extrema importância o cumprimento de mais uma etapa na minha vida profissional, lembrando que não menciono nomes para não esquecer ninguém.

Ao meu Deus – uno-trino – pela experiência de vida e pelas diversas oportunidades geradas para que crescesse o meu lado pessoal, pois quando pedia paciência, vinha a turbulência; quando pedia sabedoria, vinham inúmeros problemas; e na dor da perda, vi que Deus não está no céu distante e sim dentro de nós, na igreja que somos e na fé que professamos a cada dia junto ao nosso próximo. Os dias de formação do Mestrado também foram aprendizados para dizer: Deus, conte comigo sempre.

RESUMO

SANTOS, Fátima Sueli Oliveira dos. **Concepções e práticas de estágio supervisionado no Campus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** 2014. 111p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Seropédica (RJ), 2014.

O estudo desenvolvido trata das concepções e práticas do estágio supervisionado na formação de técnicos de nível médio, no *Campus Macapá*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP/Macapá). Seu objetivo foi analisar os desafios, limites e contradições que permeiam a realização das atividades de *estágio supervisionado* no IFAP/Macapá. Para isto, tomaram-se como referência as transformações educacionais ocorridas a partir dos anos 1990, tendo como aporte teórico a crise do capital e a decorrente reestruturação produtiva e o surgimento de novas exigências de formação de trabalhadores de novo tipo para atender às demandas empresariais de produtividade e competitividade diante de um novo contexto da mundialização do capital. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter descritivo, que se enquadra na categoria de pesquisa de tipo levantamento. Os sujeitos da pesquisa são os estudantes, docentes e gestores do IFAP/Campus Macapá. Para a coleta de dados, utilizam-se questionários eletrônicos, entrevistas semiestruturadas, grupo focal, observação participante e análise de fontes bibliográficas primárias. A partir da análise dos dados, constataram-se inúmeras dificuldades para que o estágio supervisionado cumpra o seu papel pedagógico na formação de técnicos de nível médio. Dentre essas dificuldades, destacam-se a escassez de vagas de estágio, a dificuldade de mediação entre a escola e as empresas, a supervalorização da prática profissional como elemento formador e a desarticulação entre as atividades de estágio e o desenvolvimento curricular dos cursos investigados. O estudo conclui que é preciso rever o papel do estágio na formação do técnico de nível médio na instituição investigada, de maneira que os estudantes e os docentes possam entender o estágio supervisionado como ação formativa e não como primeira experiência profissional ou como primeiro emprego. Embora o estudo não se proponha a esgotar o tema abordado, reconhece a necessidade de uma análise crítica por parte das instituições de ensino profissionalizante em face das contradições da relação capital-trabalho e seu contexto histórico brasileiro. É nessa perspectiva que se abre a possibilidade de se estabelecerem novas estratégias de mediação entre a escola e o mundo do trabalho, de modo a superar a lógica de mercado e fazer prevalecer os princípios formativos de um trabalhador cidadão, capaz de intervir no meio social e no mundo do trabalho de forma autônoma, onde o estágio supervisionado seja visto como uma oportunidade de consolidação da práxis na formação do técnico de nível médio.

Palavras-chave: Educação Profissional. Ensino técnico. Estágio supervisionado. Prática de ensino. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

ABSTRACT

SANTOS, Fatima Sueli Oliveira dos. **Conceptions and practices of supervised Campus Macapá the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá.** 2014. 111p. Dissertation (Master of Education) – Rio de Janeiro Rural Federal University. Graduate Program in Agricultural Education. Seropédica (RJ), 2014.

The study deals with developed conceptions and practices of supervised internship in training middle level technicians in Macapá Campus of the Federal Institute of Education, Science Technology of Amapá (IFAP / Macapá). Its goal is to analyze the limitations, challenges and contradictions that permeate the completion of Supervised Internship activities in IFAP / Macapá. For this purpose, taking as reference the educational changes that occurred since the 1990, having with theoretical approach the crisis of capital and the resulting restructuring of production and the emergence of new demands for training workers to meet the new type of business claims for productivity and competitiveness in face of the new context of the capital globalization. This is a basic research, a qualitative analysis of descriptive nature, that falls into the category of survey research type. The subjects are students, teachers and administrators of the IFAP / Campus Macapá. For data collection, we used electronic questionnaires, semi-structured interviews, focus groups, participant observation and analysis of primary literature sources. The data analysis showed that there are numerous difficulties for the supervised training to fulfill its educational role in the formation of middle level technicians. Among these difficulties, we highlight the shortage of apprenticeship positions, the difficulty in mediating between schools and businesses, the overvaluation of professional practice as a formative element and the disarticulation between the internship and the curriculum development of the investigated courses. The study concludes that it is necessary to review the role of internship in the training of mid-level technicians from the studied institution, so that students and teachers can understand the supervised training as a formative activity and not as a first professional experience or as a first job. Although the study does not propose to exhaust the topic addressed, it recognizes the need for a critical analysis of the institutions of vocational education facing the contradictions of capital-labor relationship and its Brazilian historical context. This perspective opens the possibility of establishing new strategies for mediation between the school and the world of work, in order to overcome the logic of the market and enforce the formative principles of a citizen worker, able to intervene in the social environment and the world of work autonomously, where the supervised training is seen as an opportunity to consolidate the practice in the training of mid-level technician.

Keywords: Vocational Education. Technical Education. Supervised internship. Teaching Practice. Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá.

LISTA DE SIGLAS

CQT	Controle da Qualidade Total
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFAP/Macapá	Campus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Planos de Curso
PPI	Proposta Pedagógica Institucional
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Reuniões periódicas promovidas pela instituição com os docentes.....	49
GRÁFICO 2 – Distribuição por gênero dos docentes. IFAP/Macapá, 2013.....	59
GRÁFICO 3 – Nível de escolaridade dos docentes do IFAP/Macapá, 2013.....	59
GRÁFICO 4 – Qualificação dos docentes do IFAP/Macapá, 2013.....	60
GRÁFICO 5 – Vínculo institucional. IFAP/ Macapá, 2013.....	61
GRÁFICO 6 – Categorias funcionais. IFAP/ Macapá, 2013.....	61
GRÁFICO 7 – Ocupação de cargo administrativo por docentes. IFAP/ Macapá, 2013.....	62
GRÁFICO 8 – Atuação em outra instituição como docente ou técnico administrativo. IFAP/ Macapá, 2013.....	63
GRÁFICO 9 – Níveis e modalidades de ensino em que o docente atuou durante os últimos três anos. IFAP/ Macapá, 2013	64
GRÁFICO 10 – Opinião dos docentes quanto ao nível de relevância da atividade de <i>estágio supervisionado</i> para a formação de técnico do nível médio. IFAP/ Macapá, 2013.....	64
GRÁFICO 11 – Opinião dos docentes quanto à obrigatoriedade da atividade do <i>estágio supervisionado</i> nos cursos do IFAP/ Macapá, 2013.....	65
GRÁFICO 12 – Opinião dos docentes em relação à certificação dos cursos técnicos de nível médio ser condicionada à conclusão das atividade de <i>estágio supervisionado</i> . IFAP/ Macapá, 2013.....	66
GRÁFICO 13 – Certificação X Conclusão do curso técnico. IFAP/ Macapá, 2013.....	67
GRÁFICO 14 – Oportunidade dos docentes de conhecerem o ambiente onde os alunos realizam suas atividades de <i>estágio supervisionado</i> . IFAP/ Macapá, 2013.....	67
GRÁFICO 15 – O conhecimento dos docentes em relação à atividade do <i>estágio supervisionado</i> . IFAP/ Macapá, 2013.....	68
GRÁFICO 16 – Respostas à questão: <i>Quem deve se preocupar com o bom desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado dos alunos dos cursos técnicos?</i> IFAP/ Macapá, 2013.....	69
GRÁFICO 17 – Respostas à questão: <i>A instituição já promoveu ou promove oportunidade de discussão acerca da atividade de estágio supervisionado dos cursos técnicos que oferece?</i> IFAP/ Macapá, 2013.....	70

FIGURAS

FIGURA 1 – Foto. Entrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá.....	6
FIGURA 2 – Mapa. Municípios do Estado do Amapá.....	37
FIGURA 3 – Foto. Alunos no Laboratório de Informática respondendo aos questionários referentes à pesquisa.....	71

QUADROS

QUADRO 1 – Aplicação de entrevista.....	13
QUADRO 2 – Aplicação de questionários.....	14
QUADRO 3 – Aplicação de Grupo Focal.....	14
QUADRO 4 – Resultados das respostas dos questionários dos discentes.....	78
QUADRO 5 – Sugestões oferecidas pelos discentes do IFAP/ <i>Campus</i> MACAPÁ.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFAP/MACAPÁ COMO OBJETO DE ESTUDO.....	4
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA	4
1.2 JUSTIFICATIVA.....	10
1.3 OBJETIVOS.....	11
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	12
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
2 CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DE NOVO TIPO: FUNDAMENTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	15
2.1 CRISE DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	15
2.2 NOVAS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR.....	20
2.3 REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DOS ANOS 1990.....	24
2.3.1 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB).....	24
2.3.2 O DECRETO Nº 2.208/1997.....	25
2.3.3 O DECRETO Nº 5.154/2004.....	27
2.3.4 O NOVO ENSINO MÉDIO.....	28
2.4 A TENSA RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO.....	29
3 A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFAP/MACAPÁ.....	33
3.1 O CONCEITO DE ESTÁGIO E SUAS DIFERENTES FORMAS DE REALIZAÇÃO NO BRASIL	33
3.2 GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO IFAP/MACAPÁ E O ENFRENTAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	35
4 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFAP/MACAPÁ.....	41
4.1 AS CONCEPÇÕES E AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	41
4.1.1 OS GESTORES.....	44
4.1.2 A EQUIPE PEDAGÓGICA.....	49
4.1.3 A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO.....	51

4.1.4 OS COORDENADORES.....	52
4.1.5 OS DOCENTES.....	58
4.2 AS CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS ESTUDANTES.....	70
5 CONCLUSÕES.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

A transição do século XX para o XXI coincidiu com uma mudança paradigmática de grandes proporções: o processo de mundialização, a cultura sendo modificada e uma nova perspectiva para a vida humana iniciada com competências a serem adquiridas no decorrer do tempo em que o trabalho se mostra como momento fundamental para realização do ser social.

Diante dessa realização, mudam-se valores, concepções e também a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências como política social capaz de emancipar, e sua força devendo ser renovada por meio de projetos criativos e desafiadores, tais como a educação tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [que, neste trabalho, serão referidos apenas como Institutos Federais].

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica. Criados pelas Redes Federais, eles visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a modalidade de educação a distância (EaD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Com base nas transformações político, econômicas, advindas de um mercado competitivo que marca a sociedade contemporânea, as normas dos organismos financeiros, representados pelos interesses do capital estrangeiro, e provocadas pela vulnerabilidade mundial é o que a pesquisa aqui relatada apresenta: o reflexo dessas mudanças no campo Educacional, por meio do objeto de estudo *estágio supervisionado*.

O entendimento da integração entre escola e trabalho nos cursos técnicos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), bem como o processo de organização pedagógica, diante do nível de compreensão dos docentes e discentes a cerca da concepção sobre o estágio supervisionado e a prática educativa, são retratados nos capítulos da pesquisa, divididos pelos seguintes temas: *O estágio supervisionado no IFAP como objeto de estudo; A crise do capital e a formação do trabalhador de novo tipo; A estrutura e o funcionamento das atividades de estágio supervisionado no IFAP; Concepções e práticas de estágio supervisionado no IFAP e Conclusões.*

A proposta de investigação foi desenvolvida por meio da apresentação do problema da pesquisa, com seus respectivos objetivos geral e específicos; revisão da literatura na busca de referências que permitissem sistematizar as categorias de análises e de revisar a legislação que regulamenta o desenvolvimento do foco principal da pesquisa e os sujeitos que a integram; as fontes secundárias, tais como o material disponibilizado pelo Instituto Federal (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Projeto Político Pedagógico Institucional – PPP; Normas de regulamentação do *estágio*), com o intuito de explicar o trabalho educativo desenvolvido e a forma como concebem e desenvolvem a prática nos curso técnicos.

Posterior a este procedimento, foram realizadas coletas de dados por meio de aplicação de entrevistas, questionários fechados, Grupo Focal com gestores, docentes e estudantes. É importante salientar que a *técnica de grupo focal* foi realizada somente com estudantes na perspectiva de identificar as expectativas dos alunos em relação ao *estágio supervisionado*.

O uso dos métodos citados proporcionou interpretar o fenômeno investigado, atribuindo significados aos fatores sociais, políticos e econômicos. Trata-se de uma pesquisa com objetivo de proporcionar novos conhecimentos na área de educação profissional, das transformações da demanda trabalhista no contexto das crises geradas dentro do setor econômico, com a globalização da economia e a reestruturação produtiva. Diante da complexa relação capital-trabalho, esses elementos determinaram um

novo projeto educativo para os trabalhadores independentemente da área, das atribuições ou do nível hierárquico em que atuem.

Essas mudanças fizeram com que uma nova pedagogia surgisse e restringisse o fazer profissional, no sistema trabalhista, às competências, a partir das novas formas de organização e gestão do trabalho, mediadas pelas novas tecnologias, oferecem a sociedade, diversas alternativas de formação nos diferentes segmentos educacionais, obedecendo ao caráter normativo do sistema de ensino.

A educação profissional e tecnológica oferecida pelo IFAP, abrange os cursos na área Formação Inicial e Continuada (FIC), a Educação Profissional Técnica, de nível médio (nas modalidades integrada, subsequente e PROEJA), e a Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação, proporcionando a sociedade a construção do conhecimento especializado para o trabalho na área da educação profissional.

1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFAP/MACAPÁ COMO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo aborda os elementos fundamentais do processo de pesquisa e inclui tópicos importantes para o desenvolvimento e compreensão do estudo aqui relatado. Cada subseção (o problema, sua justificativa, os objetivos, os procedimentos metodológicos) é aqui apresentada e será, posteriormente, discutida em detalhe, a partir da investigação e da coleta de diversos tipos de dados, buscando proporcionar um melhor entendimento do problema de pesquisa.

1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) é uma instituição da Rede Federal de Ensino, especializada em ofertar a educação profissional e tecnológica, qualificada para atender às demandas existentes no mercado de trabalho. Considerada uma instituição autárquica, com autonomia didática, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial, possui quatro modalidades de ensino.

A modalidade existente - presencial, nas formas integrada e subsequente – é oferecida nas áreas de Informação e Comunicação, com o curso de Técnico em Redes de Computadores. Na área de Produção Alimentícia, com o curso de Técnico em Alimentos, de nível médio, nas formas integrada e subsequente, modalidade presencial. Na área de Infraestrutura, o curso de Edificações, com modalidade na forma integrada e subsequente, nível médio, e o Curso de Construção de Edifícios, em nível superior. Na área de Recursos Naturais, está o Curso de Técnico em Mineração, de nível médio, no formato subsequente.

É importante salientar que, diante das modalidades de ensino, o IFAP não possui cursos na forma *concomitante*¹; somente os oferece nas formas integrada e subsequente, na modalidade Proeja e, também, em nível superior. Na forma integrada, o público-alvo são alunos dentro de uma faixa etária de 14 a 17 anos, que já concluíram o Ensino Fundamental e procuram as Redes Federais de Ensino para terminarem seu Ensino Médio, na modalidade profissional.

Os alunos do subsequente são aqueles que já concluíram o ensino médio e têm, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade. Essa é uma modalidade destinada aos adultos de todas as idades; geralmente, é um público trabalhador, o que, às vezes, passa a ser um agravante, devido à jornada de trabalho dos alunos, que chegam cansados e não conseguem acompanhar o ritmo da instituição; por isso acabam desistindo, provocando, assim, uma grande evasão no curso.

Os cursos oferecidos pelo Instituto Federal, na cidade de Macapá, possuem em média quatro anos de duração e desenvolvem programas educacionais de curta duração. A Educação de Jovens e Adultos (Proeja), também é oferecida pela Rede Federal. A criação dos Institutos Federais favoreceu perspectivas por abrirem novas oportunidades em relação ao mercado de trabalho para uma população que contava, na década de 1990, apenas com um núcleo de ensino superior profissionalizante, que veio a se tornar a Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Em seguida, foram criados campos para faculdades e centros profissionalizantes, não sendo, todavia, suficientes para garantir mão de obra qualificada para o cenário produtivo do Estado do Amapá.

Diante de todo esse processo de desenvolvimento político, econômico e social, escolhemos como fonte de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Amapá, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, localizado na Rodovia BR 210, Km 3, s/n - Bairro Brasil Novo, na cidade de Macapá, estado do Amapá.

¹*Concomitante* é a modalidade da educação profissional na qual o aluno pode fazer o ensino médio e, ao mesmo tempo, o ensino técnico.

FIGURA 1 – Entrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá.



FONTE: Arquivo pessoal da autora. 2013.

O IFAP tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento da educação, uma vez que o Estado do Amapá possui peculiaridades da Amazônia, sendo um local que ainda se encontra em fase de desenvolvimento econômico e dispõe de escassa mão de obra qualificada. Vivemos num mundo de transformação, pautado pelo contexto da globalização, ditada por normas e definidas por valores, nos quais, o sujeito social passa a aceitar a dominação estatal por não se reconhecer como criador do Estado.

As ideias dominantes de uma época foram as ideias da classe dominante e, em cada modo de produção, a consciência dos seres humanos se transforma e constitui a maneira como, em cada tempo específico, a consciência interpreta e representa as condições materiais de produção e reprodução da existência. (MARX; ENGELS, 1987, p.94).

Isso significa que fazemos parte do contexto de alienação produzido pelo capital, cujo sentido é internalizar uma concepção voltada para o trabalhador que precisa se qualificar a cada dia para permanecer no mercado de trabalho. Nesse sentido, passamos a nos alienar sem sermos capazes de nos ver como parte do sistema, construído pela força de trabalho composta por cada trabalhador dentro da sua especificidade.

Assim, cria-se uma separação entre os que produzem ideias, dos que produzem coisas. Segregam os espaços de produção, dividindo-os em classes sociais, decorrentes da divisão social do trabalho. Segundo Marx, o capitalismo efetivamente produziu o trabalho livre, e o processo histórico desfigura o trabalhado e o trabalhador, aliena os trabalhadores, que, não se percebem como classe social, logo não se reconhecem nos produtos dos seus trabalhos (CHAUÍ, 2012).

Nesse sentido, as políticas educacionais, econômicas e sociais instituem novos dispositivos de aprendizagem associados ao desenvolvimento econômico, à inserção profissional e à aquisição de competência (DORAY, 2011).

Desse modo, de acordo com a ótica do capital, a formação profissional baseia-se na distinção entre formação para o trabalho manual, para a grande massa de trabalhadores, e formação para o trabalho intelectual, para uma elite privilegiada. No entanto, para ambas as parcelas da força de trabalho, a formação profissional tem como objetivo a constituição de um novo tipo de cidadão voltado para o mercado, quer como sujeito empreendedor, quer simplesmente como sujeito de consumo. Nessa perspectiva, a formação profissional vem atender aos mecanismos sociais e políticos da reprodução das relações sociais fundadas na estrutura de dominação de classe. (SOUZA, 2003).

O distanciamento entre as práticas de formação e as práticas de educação constrói-se a partir de uma articulação mais vigorosa com o campo econômico constante, entre trabalhos, emprego e formação. (GRUBB, 1996 *apud* DORAY, 2011, p.602).

Frigotto (2006) considera a educação como mera produtora de trabalho e potencializadora da individualização dos homens atribuindo a esses a responsabilidade por sua carreira profissional.

As políticas educacionais, principalmente a partir de 1990, são adequadas aos novos conceitos do mundo capitalista atual; foram modeladas pela ideologia das competências e emolduradas pela *teoria do capital humano*, dando origem à materialização de uma educação profissionalizante na perspectiva do capital. (ALVES, 2009).

Nessa última concepção, está implícito um modelo de desenvolvimento em que as reivindicações para a universalização da educação básica e para o desenvolvimento da educação profissional visam ao aumento da produtividade industrial para a valorização do capital. Não obstante, na disputa capital/trabalho, consideradas a concepção e a política de educação básica e formação profissional, os sujeitos coletivos, seja pela da ótica do capital seja pela ótica do trabalho, partem do pressuposto de que há aplicação diretamente produtiva da ciência e da tecnologia na organização do trabalho e da sociedade no mundo contemporâneo. (SOUZA, 2003).

A educação profissional, nesse sentido, funciona como uma resposta às demandas do sociometabolismo do capital, configurando políticas educacionais adequadas ao desenvolvimento de competências e habilidades que sirvam ao modelo organizacional (ALVES, 2009).

Considerando a educação, essencialmente, como um processo de aquisição de conhecimentos necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza e com os outros indivíduos, esse processo de se dá no próprio contexto do processo de trabalho e dele é fruto. Se, por um lado, a aquisição de conhecimentos constitui-se num instrumento necessário e essencial ao processo de trabalho, por outro, o próprio conhecimento se constitui no contexto desse processo. (SOUZA, 2003).

Segundo Alves (2009), a educação para o capital incorpora essa ideologia e legitima a candente precarização do trabalho e da vida social. Tais mudanças no contexto global dão origem ao modelo de formação profissional que busca potencializar o desenvolvimento econômico e negar o sujeito humano genérico.

[...] Assim, embora a redefinição da política educacional brasileira nos anos 90 não esteja voltada para a garantia da qualidade de vida, não se pode negar que ela tem aberto novas possibilidades para a emancipação da classe trabalhadora, na medida em que pressupõe a universalização da Educação Básica [...] (SOUZA, 2003, p. 80).

A relação da empregabilidade com as diferentes formas de capacitar a classe trabalhadora é um caso problemático para as sociedades contemporâneas em todo o

mundo. No Brasil, a política de trabalho e as crises intercorrentes do capitalismo excludente favoreceram as organizações empregatícias em novas formas de excluir e incluir trabalhadores no mercado diferenciado, mais seletivo e voltado para cumprir objetivos intrínsecos das empresas.

Assim, analisar a prática profissional a ser desenvolvida nos Institutos Federais, nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, a partir do referencial estágio supervisionado, é a motivação central desse estudo, trazendo o seguinte problema de pesquisa: o estágio supervisionado contribui para a formação profissional dos alunos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, no campus Macapá, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá?

Com isso, a presente pesquisa passou a investigar, dentro do objeto de estudo, que é o estágio supervisionado, os procedimentos tomados em relação à prática profissional, especificamente o que se refere ao estágio supervisionado, a partir de concepções apresentadas, de maneira a tentar contribuir para que sejam resolvidas as principais dificuldades encontradas pela instituição quanto ao encaminhamento e à inserção dos discentes nos campos de estágio.

Segundo a Lei nº 11.788/2008, em seu art. 1º, “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação profissional [...]”, compreendendo atividades de cunho profissional, social e cultural realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

Respaldada na Resolução GR nº 001/2011, de 26 de janeiro de 2011, do IFAP, que trata da regulamentação da educação profissional técnica de nível médio, na forma subsequente aos cursos técnicos citados, devem ser incorporadas 200 horas de prática profissional à sua carga horária. No IFAP, essa prática é concebida como procedimento

didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, sintetizando teoria e prática e trabalhando-se a partir das seguintes etapas:

- a) Assinatura do Termo de Compromisso pela empresa ou instituição, pelo estagiário e pelo IFAP;
- b) Assinatura do plano de estágio pela empresa (supervisor de estágio), pelo IFAP (professor orientador) e pelo próprio estagiário;
- c) Notificação no sistema acadêmico;
- d) Contrato de seguro em nome do estudante estagiário.

A partir de tais organizações institucionais, passamos a desenvolver o presente estudo, e os resultados da pesquisa serão trabalhados com base nas concepções e práticas dos sujeitos relacionados no decorrer deste texto, de modo a colaborarem com as instituições no sentido de terem condições de se precaverem dos problemas apontados, os quais podem até serem conhecidos, mas não de modo sistemático. Mais do que isso, o material será um valioso aporte à educação.

1.2 JUSTIFICATIVA

Avaliar as concepções de um mercado de trabalho excludente e sua relação com a educação é um fator que move a pesquisa em relação ao componente curricular estágio supervisionado.

A responsabilidade e a coordenação da instituição de ensino têm por finalidade propiciar ao estagiário uma experiência acadêmico-profissional em um campo de trabalho determinado, e que prioriza o aprimoramento técnico-científico em sua formação e a maior proximidade do aluno com as condições reais de trabalho, por intermédio de práticas afins com a natureza e especificidade da área definida no projeto pedagógico de cada curso.

Assim, surge tanto a motivação de fazer um estudo tomando como objeto de análise o Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Amapá - IFAP, bem como o intuito de compreender de que forma a instituição vem contribuindo para amenizar a precarização no trabalho e como o estágio supervisionado está sendo conduzido para que a educação profissional seja uma ação de caráter técnico-político.

Nessa perspectiva, foi desenvolvida a pesquisa intitulada de *Concepções e práticas de estágio supervisionado no campus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Amapá*. A criação dos Institutos Federais favoreceram essas esperanças de abrirem novas oportunidades em relação ao mercado de trabalho.

Com as mudanças no setor econômico e as necessidades de que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) siga fragmentando as relações trabalhistas, levanta-se um imediatismo no sistema da qualificação do trabalhador, sem levar em consideração quais as consequências políticas e educacionais de uma preparação rápida para atender a um mercado que também é excludente em relação ao ensino técnico.

Logo, a presente pesquisa justifica-se por contribuir para o IFAP, no sentido de demonstrar como podemos melhorar a prática de ensino atrelada ao campo do estágio supervisionado, com o intuito de construir uma identidade profissional diante dos saberes e das posturas adquiridas no campo do conhecimento.

1.3 OBJETIVOS

À luz dessas considerações, definimos os objetivos geral e específicos para o estudo, como segue.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

•Analisar as concepções e práticas de estágio supervisionado desenvolvidas por estudantes de cursos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, campus Macapá.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

? Explicar o conceito de estágio, suas diferentes formas de realização e suas principais características que o identificam como atividade pedagógica e o distinguem de atividade produtiva;

? Descrever a gestão do trabalho pedagógico e a forma como o estágio curricular em cursos técnicos de nível médio é encaminhado pelo IFAP/Macapá;

? Analisar as concepções e ações docentes no desenvolvimento do estágio supervisionado em cursos técnicos de nível médio do IFAP/ Macapá.

? Analisar as expectativas dos estudantes em relação ao estágio curricular;

? Identificar os fatores que interferem na experiência de estágio vivida por estudantes dos cursos técnicos de nível médio do IFAP/ Macapá.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa da pesquisa consistiu em revisão de literatura sobre quatro temas que permeiam a análise das atividades de estágio no IFAP/Macapá: a) Reestruturação produtiva e novas demandas de qualificação para o trabalho; b) Reforma da educação profissional no Brasil; c) Política de educação profissional; e d) Estágio supervisionado. Com essa revisão de literatura, compuseram-se as bases teóricas e metodológicas que nortearam a análise das informações levantadas pela aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

A segunda fase foi formada pelo levantamento de fontes primárias, tais como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI), Planos Pedagógicos de Curso (PPC), Relatórios de Gestão, deliberações institucionais, relatórios de estágio etc. O exame dessas fontes objetivou entender a estrutura e o funcionamento dos cursos técnicos, suas concepções e práticas curriculares, especialmente a forma como estabelecem a relação entre a teoria e a prática no processo pedagógico, bem como os objetivos e as estratégias de desenvolvimento das atividades de estágio.

A terceira etapa constituiu-se pela articulação de coletas de dados na instituição de ensino investigada, com participação do corpo docente, discente, Coordenação de Estágio, Coordenação Pedagógica, Coordenadores de Cursos e Diretor de Ensino.

O levantamento da prática institucional para a promoção e desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado em cursos técnicos de nível médio compôs a quarta etapa, por meio da aplicação de instrumentos de coleta de dados tais como entrevistas, questionários e grupo focal, conforme quadros a seguir. Os sujeitos foram todos aqueles ligados diretamente ao estágio e à organização do trabalho pedagógico, como segue.

QUADRO 1 –Aplicação de entrevista

Na Reitoria	No <i>campus</i>	Instrumento
Pró-Reitor de Extensão	Diretor de Ensino	Entrevista
Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico	Coordenador de Estágio	Entrevista
Coordenador Geral de Estágio	Coordenador Técnico Pedagógico	Entrevista
	Coordenadores de Curso	Entrevista
	Orientador de estágio p/ curso	Entrevista

QUADRO 2 – Aplicação de questionários

Na Reitoria	No <i>campus</i>	Instrumento
-- ∞∞ --	Todos os Docentes	Questionário
-- ∞∞ --	Todos os Pedagogos	Questionário
-- ∞∞ --	Todos os Técnicos em Assuntos Educacionais	Questionário
-- ∞∞ --	Todos os alunos.	Questionário

OBSERVAÇÃO – Procedimentos de aplicação do questionário:

- Aos docentes: envio de formulário eletrônico do Google, por e-mail, a 100% dos docentes de cada *campus* investigado, com abordagem pessoal de solicitação de resposta por um período de 30 dias. Expectativa de 30% de respostas.
- Aos estudantes: envio de formulário eletrônico do Google, por e-mail, a 100% dos estudantes de cursos técnicos de nível médio de cada *campus* investigado, com abordagem direta em sala de aula para solicitação de resposta por um período de 30 dias. Expectativa de 20% de respostas.

QUADRO 3 – Aplicação de Grupo Focal

Na Reitoria	No <i>campus</i>	Instrumento
	12 Estudantes de curso técnico integrado	Grupo Focal

OBSERVAÇÃO – Procedimentos de aplicação do grupo focal:

- Número de grupos por *campus*: três grupos;
- Composição dos grupos: 12 membros, três de cada categoria;
- Forma de abordagem: convite ao estudante para participação voluntária;
- Duração da dinâmica: no máximo, duas horas; o registro: gravação em vídeo.

2 CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DE NOVO TIPO: FUNDAMENTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.

A discussão apresentada nesta seção se baseia em pensamentos extraídos de vários autores que escrevem sobre a reforma da educação profissional diante do mercado de trabalho, com passos singulares na análise dos dados sobre as novas demandas de formação do trabalhador, reflexos da presente crise do capital e da reestruturação produtiva.

2.1 CRISE DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As crises sempre acompanharam o sistema capitalista. O século XX foi palco das lutas entre capitalista e trabalhadores, da oferta de mercadoria sem o correspondente poder de comprar da população empobrecida devido aos seus baixos salários e ao desemprego. Os maiores exemplos das crises foram a Primeira Guerra Mundial, a quebra da Bolsa de Valores, em Nova York (1929), e a Revolução Russa (1917), que levou os trabalhadores à primeira experiência socialista vitoriosa no mundo.

A partir da Segunda Grande Guerra, o modelo de organização recebeu o nome de Estado de Bem-Estar Social e foi dominante nos países de economia central (Europa e América do Norte). Os modelos de Estado de Bem Estar Social funcionaram até a década de 1970. A incapacidade de garantir o crescimento econômico prolongado, com o aumento da inflação e a diminuição da taxa de lucro das empresas, levaram esse sistema a entrar em crise.

O modelo de desenvolvimento taylorista/fordista começou a entrar em crise no fim dos anos 60 e início dos anos 70, quando o mundo capitalista avançado caiu em recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com

altas taxas de inflação, configurando-se, assim, o esgotamento das possibilidades de acumulação do capital. (SOUZA, 1998, p.1).

É interessante resgatar, inicialmente, alguns traços básicos do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro para que possamos entender a reestruturação produtiva e o significado de suas mudanças no Brasil, pois, enquanto no contexto internacional manifestava-se uma situação de crise do capitalismo, o Brasil, de 1968 a 1973, alcançaria grandes índices de crescimento econômico, resultado do que se denominou, na época, de “milagre econômico brasileiro”, que estava baseado na produção de bens de consumo duráveis.

Ocorreu, assim, um processo de profunda reestruturação produtiva, chamada também de Terceira Revolução Industrial, ou seja, uma revolução silenciosa que afeta o modo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, favorecendo uma estratégia do capital para sair da crise que comprometia a sua rentabilidade, impondo novos padrões flexíveis de produção inspirados no toyotismo.

O *toyotismo* foi implementado, inicialmente, no Japão (1950); aliado à repressão, foi grande responsável pela lucratividade das empresas japonesas e se caracterizava pelos Círculos de Controle de Qualidade – CCQ (uma farsa para o trabalhador que pensava ter o poder de decisão na empresa) e o *just in time*, as chamadas ilhas de produção, cujo princípio é “produzir o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário”. O que possibilita, dentro de uma indústria, a maior mobilidade dos trabalhadores conforme a necessidade do momento.

O toyotismo é um sistema de organização da produção e do trabalho criado pela Toyota. O toyotismo tem tido um impacto extraordinário, enquanto processo ágil e lucrativo de produção de mercadorias. (ANTUNES, 1995, p.27).

Como observamos, as crises sempre aconteceram no sistema capitalista, ganhando dimensões internacionais devido à competição por mercadorias dos países industrializados, exploração das forças produtivas e favorecimento ao capitalismo sistema social.

O capitalismo é um sistema social de produção que se reproduz a partir de um processo de conservação e ruptura determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela correlação de forças políticas no âmbito do Estado, articulados dialeticamente. A medida que esse sistema muda, ele alimenta e conserva sua estruturação. O sistema social de produção capitalista é um processo histórico e, como tal, um processo em transformação, com rupturas ou crises. (SOUZA, 2002, p.73).

As rupturas e crises permaneceram nos anos de 1990, marcando uma redefinição da conjuntura internacional. Com a crise do capitalismo iniciada nos anos 1970, exigiu-se uma nova organização econômica e política, cuja reestruturação produtiva proporcionou um resultado de esgotamento de um ciclo de crescimento e de acumulação que se baseou no taylorismo e no fordismo.

Aqui, entende-se taylorismo/fordismo não só como disposições técnicas e organizacionais, baseadas na divisão do trabalho e na produção em massa de bens padronizados. O sustentáculo do crescimento registrado no pós-guerra teria sido um “acordo societal”, cujo centro foi uma certa “barganha” entre capitalistas e trabalhadores. Estes, representados por um sindicato forte e corporativo teriam reconhecido, naqueles, o papel de proprietários e dirigentes. Os capitalistas, por sua vez, e por intermédio de regulações interativas com o Estado, teriam garantido salários e ganhos de produtividade que incorporaram os trabalhadores ao consumo de bens e serviços. (BORGES, 1996, p.6).

As ideias neoliberais pregavam a manutenção de um Estado forte para quebrar o movimento sindical e garantir a estabilidade monetária; um Estado mais rigoroso no controle dos gastos sociais e um Estado tímido na intervenção econômica. Sobre isso, Pacheco e Mendonça (2012, p.80) oferecem o seguinte esclarecimento:

A reação da burguesia para reverter a diminuição da lucratividade foi adotar a chamada doutrina neoliberal. As ideias neoliberais pregam a manutenção de um Estado forte para quebrar o movimento sindical e garantir a estabilidade monetária, um Estado mais rigoroso no controle dos gastos sociais e um Estado tímido na intervenção econômica.

Por seu turno, Borges (1996, p. 8), argumenta que “Partindo da hipótese de que a reestruturação produtiva surge como resposta à crise que se explicita nos anos 70, outras interpretações têm buscado explicar as mudanças produtivas em curso como fator de amadurecimento das contradições gestadas pelo capitalismo [...]”. E mais adiante, elucida:

No bojo da crise econômica, as contradições evidenciariam, também, a crise das ideologias de sustentação da hegemonia burguesa. A implantação das políticas neoliberais tornou necessário recompor as correlações de forças e estabelecer novos padrões de poder no interior dos Estados nacionais e rearticulando estes últimos no contexto do imperialismo global. Para que isso fosse possível, tornou-se necessário reestruturar as bases ideológicas da hegemonia capitalista. (BORGES, 1996, p.8).

Com o domínio da doutrina neoliberal, nas últimas décadas, algumas iniciativas inovadoras na administração empresarial também foram introduzidas na administração escolar.

A educação é posta como “espaço estratégico” vinculado à materialização de projetos de reforma institucionais, agregados à reestruturação produtiva e identificados com a formação do trabalhador de novo tipo, pois o discurso reformista, na educação, tem mencionado a necessária constituição de um novo ser social, apto a responder a essas mudanças e suas demandas.

As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que estariam proporcionando um avanço em relação ao fordismo, no que diz respeito ao controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho, implicariam ainda um salto de produtividade suficientemente grande para sacudir a crise capitalista mundial. Isso abriria precedentes para novos “acordos societais”, agora, mais vantajosos aos trabalhadores. Nessa perspectiva surgiram as teorias que vislumbraram na nova configuração produtiva, possibilidades emancipatórias. (BORGES, 1996, p.6).

É a partir de tais possibilidades e transformações orgânicas da produção capitalista, que podemos compreender a constituição de um complexo ideológico que irá determinar as políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de empregabilidade e competência.

Interessa-nos aqui esboçar uma crítica do conceito de empregabilidade, que pode ser considerado um dos eixos ideológicos da formação profissional sob o toyotismo. Ele traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento tardio do capital, ou seja, a lógica da produção destrutiva e da exclusão social. (ALVES, 2008, p.5).

As reformas realizadas na educação, ao longo da década de 1990, levaram o Estado brasileiro a se distanciar de suas responsabilidades com a democratização do ensino, aumentando a distância entre pobres e ricos.

Segundo Silva e Souza (2010, p. 8), a reestruturação no interior do modo de produção capitalista, baseada no esgotamento da acumulação taylorista-fordista e em sua substituição pela acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, transformou o cenário mundial, ocasionando profundas transformações não somente na esfera econômica, como já dito, como nas várias instâncias da vida social. Na política, vivencia-se a falência do Estado intervencionista e do Estado de Bem-Estar Social keynesiano, emergindo, em seu lugar, o Estado neoliberal, que passa a ser disseminado não somente como política ou economia do Estado, mas também como um modo de vida.

Nesse contexto, surge o ensino profissionalizante que já vem com estigma de atender à população menos favorecida e com a função de formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

A educação profissionalizante pode ser definida como a educação voltada para as classes menos favorecidas e que está ligada intimamente ao mercado de trabalho, tendo como função formar mão-de-obra para atuar no projeto de reprodução do sistema capitalista, distante, portanto, de uma educação que atenda ao desenvolvimento integral do homem. (SILVA; SOUZA, 2010, p.2).

De acordo com a política neoliberal, o que se percebe é uma educação vinculada ao mundo do trabalho, a partir da reestruturação do capital e, historicamente, passa a ser um reflexo das transformações dos fundamentos sociais, políticos e econômicos da reforma da Educação Profissional no Brasil. Essas mudanças, necessárias para o novo trabalhador, demarcam uma alteração significativa no processo de formação do indivíduo e de como ele vivencia sua vida profissional.

Passaremos a discorrer, na subseção seguinte, sobre as novas demandas de formação do trabalho, reflexo de uma crise do capital e da reestruturação produtiva no processo de afirmação do capital, pelo qual se legitima o modelo industrial como modo de produção.

2.2 NOVAS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

A globalização da economia e a reestruturação produtiva, diante da complexa relação capital-trabalho, determinaram um novo projeto educativo para os trabalhadores, independentemente da área, das atribuições ou do nível hierárquico em que atuem. Essas mudanças fizeram com que uma nova pedagogia surgisse e restringisse o sistema trabalhista com as competências, a partir das novas formas de organização e gestão do trabalho, mediadas pelas novas tecnologias.

Segundo Harvey (2005, p. 257), todo esse processo acelerou, para o trabalhador, a sua desqualificação e a sua requalificação, ambas necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho. Nesse cenário, a flexibilização da estrutura funcional e a qualificação do trabalhador aparecem como as novas características presentes no mercado de trabalho formal, impondo as empresas um profundo processo de reestruturação produtiva.

Isso demonstra o quanto as técnicas e práticas de organização do trabalho, desenvolvidas pelos japoneses, influenciaram essa nova concepção de modernização que tanto valoriza a qualificação do trabalhador e tem colocado desafios constantes em relação à capacidade das indústrias, de se manterem, e do profissional, que a todo o momento tende a buscar meios que o capacitem e o diferenciem como profissional. Isso se traduz na mudança de comportamento e na organização do conhecimento advindo de uma nova revolução tecnológica, nas últimas décadas.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. Entre os principais motivos dessas transformações está, sem dúvida, a revolução tecnológica. Uma revolução que atualmente não é mais de infraestrutura, como ferrovia e telégrafo, ou de máquinas como o automóvel e o torno, conforme as revoluções anteriores, mas de sistemas de organização do conhecimento. É a própria máquina de inventar e de renovar tecnologias que vem sendo revolucionada. (PEDROSO, 2005, p. 6).

O novo tipo de trabalhador, a partir da organização do conhecimento Tecnológico, precisa desenvolver habilidades e competências para uma maior produtividade, com o

desafio de acompanhar as mudanças das novas tecnologias e atuar conforme as necessidades do mercado, a partir dos diferentes níveis de escolaridade, o que provoca o trabalhador a buscar a educação para adquirir posto de trabalho mais elevado mediante sua qualificação obtida por meio da educação especializada.

As exigências atribuídas a essa nova concepção de um trabalhador de novo tipo, enfatiza a necessidade do sistema educacional de proporcionar novas modalidades de ensino, visto que, a partir do momento em que a década de 1990 trouxe inúmeras transformações, é notório que a mudança advenha. Com os Institutos Federais, a inovação, a partir das próprias características, experiências e necessidades de cada local, se reporta a um propósito específico da educação profissional, para atender à nova demanda.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. (PACHECO, 2010, p 10).

Assim, entendemos que a implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica, cuja proposta está em organizar as realidades regionais.

Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios. Vislumbra-se que se constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminho na produção e democratização do conhecimento. (PACHECO, 2010, p.24).

Mas, para que esse novo conhecimento seja adquirido e posto em prática, é previsto rever as novas formas de organização e gestão do trabalho educacional, mediado

pela pedagogia da competência, o que faz com que a integração entre teoria e prática fundamente um novo perfil de trabalhador. E isso requer do Estado desempenhar papéis para os quais a pedagogia do capitalismo já tomou como base a remodelação educacional, nesta inserindo, com regalia, a instituição privada e fazendo com que o trabalhador entenda que é preciso vender sua força de trabalho em função do capital.

O que denomino de visão perversa do capitalismo excludente, pois se o trabalhador não dispõe de competência, ele não vai ser inserido no mercado de trabalho. Afinal, diante de tantas mudanças políticas e sociais, quem acabou perdendo foi a sociedade trabalhista que hoje, para atender à demanda de um novo perfil do trabalhador, tem necessidade da resposta às novas exigências de competitividade que marcam o mercado globalizado e que passaram a exigir cada vez mais qualidade do trabalhador.

Não queremos aqui vitimar o trabalhador envolvido e subordinado pela essência da irracionalidade do capitalismo. Todavia, é preciso atentar para as inúmeras mudanças que não vêm favorecer o mercado de trabalho, e sim restringi-lo cada vez mais, principalmente, quando tratamos de educação, pois o fato de estabelecer uma relação entre ciência-cultura-trabalho estará produzindo um novo tipo de trabalhador, cuja funcionalidade encontra-se na habilidade e na competência que ele adquiriu ou desenvolve no decorrer do seu aprendizado.

Nesse contexto, o papel da escola muda para atender a dicotomia entre capital e trabalho, pois segundo Silva (2014, p.2), a pedagogia orgânica ao taylorismo/fordismo tinha por finalidade atender a uma divisão social e técnica do trabalho, marcada pela clara definição de fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais, em decorrência de relações de classe bem definidas que determinam as funções que serão exercidas por dirigentes e trabalhadores, no mundo da produção, o que resultou em processos educativos que separavam a teoria da prática.

Esse processo acabou desqualificando o trabalhador e intensificando a precarização, como resultado do novo regime de acumulação, diante da produtividade do capital. E em sobre a ideia de precarização, Silva (2014, p. 8) relata que o mesmo tem

ocorrido com o trabalho dos profissionais da educação: suas tarefas estão sendo a cada dia ampliadas, num esforço de suprir, na escola, direito que a sociedade não assegura, desempenhando inclusive funções que, historicamente, foram de responsabilidade das famílias; seu trabalho está sendo cada vez mais intensificado, com a progressiva extensão de jornadas de trabalho e realização de trabalho domiciliar; suas condições de trabalho estão cada vez mais precarizadas, não só da perspectiva da escola e do salário, mas com sérias consequências sobre sua qualidade de vida e condições de existência: stress e outros problemas de saúde física e mental, alimentação, lazer, formação profissional continuada, acesso aos bens materiais e culturais, e assim por diante.

As novas demandas de qualificação, portanto, referem-se a um trabalhador de novo tipo, que atue na prática a partir de uma sólida base de conhecimentos científico-tecnológicos e socio-históricos, e ao mesmo tempo acompanhe a dinamicidade dos processos e resista ao "stress". Ao mesmo tempo, as novas tecnologias exigem cada vez mais a capacidade de comunicar-se adequadamente, através do domínio das formas tradicionais e novas de linguagem, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira, a linguagem informática e as novas formas trazidas pela semiótica; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade. (SILVA, 2014, p.4).

Diante disso, observamos que a educação, como alternativa para atender à formação do trabalhador, diante das novas tendências geradas pela política do capital, busca e planeja recuperar os níveis de acumulação abalados pela crise que o marcou em meados do século XX, favorecendo um processo de organização da gestão educacional e uma nova concepção de formação que garanta, para além da aquisição de conhecimentos e habilidades demandadas por ocupações específicas, a apropriação de conhecimentos, habilidades e comportamentos básicos, necessários ao domínio da ciência, da cultura, das formas de comunicação e da tecnologia presentes no mundo do trabalho e das relações sociais contemporâneas.

2.3 REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DOS ANOS 1990

Em cada época, a reforma educacional é produzida e utilizada de um modo diverso, relacionando-se de uma forma característica com a estrutura de ensino, a partir de suas diretrizes, decretos, leis e reformas. A análise apresentada nesta subseção indica ser oportuno e relevante o estudo de fenômenos e legislação referentes à educação para o trabalho.

2.3.1 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

Ao escrevermos sobre a reforma educacional profissional dos anos de 1990, é necessário entender que, diante de tantas transformações, a educação passou a se adequar a objetivos políticos, ideológicos e, principalmente, econômicos. Conforme Neves (2004, p.1),

Os anos de 1990 do século XX e os anos iniciais deste século no Brasil vêm sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista.

As mudanças no processo educacional e a vinculação definida por marcos normativos têm início com a Emenda Constitucional Nº 14, de 12 de setembro de 1996, a partir da qual se cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e até a promulgação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sancionada na época pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo Paulo Renato Souza o seu ministro da Educação. Considerada Lei Orgânica e Geral da Educação Brasileira, a LDB define as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional.

Segundo Alves (2013, p.30) diretrizes denotam o conceito de alinhamento e, no caso, de normas de procedimento. Aplicados os conceitos à norma educativa, infere-se que as bases remetem à função substantiva da educação organizada. Os termos *diretrizes* e

bases, como conceitos integrados, não surgiram na educação brasileira, de forma refletida, ou seja, em decorrência de uma filosofia da educação que, nutrida por uma crítica pedagógica coerente, desaguasse numa postura de confrontação à visão fragmentária de compreensão de educação, de sistema educacional e de seus desdobramentos.

A Reforma da Educação Profissional dos anos 1990 efetiva-se, inicialmente, por meio do processo de “cefetização” das Escolas Técnicas Federais e da implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que teve início após a LDB/96 e a edição do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, o qual se apresentou como expressão da política neoliberal e teve como objetivo responder às exigências dos organismos multilaterais e do governo de Fernando Henrique Cardoso de promover o “ajuste” do sistema educacional às demandas do mercado.

A educação para o trabalho, em termos de formação de mão de obra, permaneceu entendida como formação profissional de pessoas pertencentes aos estratos menos favorecidos das classes econômicas, fora da elite intelectual, política e econômica.

Na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996), a educação profissional recebeu destaque especial, sendo caracterizada como uma modalidade educacional articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, conduzindo o cidadão trabalhador ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (art.39). A nova educação profissional, especialmente a de nível tecnológico, requer muito mais que a formação técnica específica para um determinado fazer pedagógico.

2.3.2 O DECRETO Nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Com indicamos brevemente no tópico anterior, no ano de 2003, ocorreu o recrudescimento da discussão acerca do Decreto nº 2.208/1997, em especial, no tocante à separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional.

Esse processo resultou em uma significativa mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo da educação profissional, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores da área intitulada *trabalho e educação*. Desse modo, durante o ano de

2003 e até meados de 2004, houve grande efervescência nos debates relativos à relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Em relação a esse aspecto, Maués, Gomes e Mendonça (2008, p. 109) destacam o Estado como um ser motor econômico que regulariza a sociedade, dispondo a tenção e influenciando o poder local das entidades civis, sobretudo associações e organizações não governamentais, para articular uma nova cultura chamada de institucionalidade.

O Decreto Nº 2.208/1997 se destaca como política governamental direcionada para educações profissionalizantes, cuja gestão e o financiamento, nas instituições públicas de educação profissionalizante média, tornaram-se pontos essenciais para manipulação.

As mudanças ocorridas nos diferentes momentos históricos do capitalismo expressam sentidos distintos e responderam a um conjunto de interesses que remetem a diferentes projetos e estratégias políticas. Segundo Maués, Gomes e Mendonça (2008, p.110), ocorreu, também nesse período, o resgate da concepção neoclássica de desenvolvimento econômico, que atribuiu à educação o papel de desenvolver a capacidade produtiva do trabalhador, com habilidades e atitudes apropriadas às especificidades das ocupações.

Essas mudanças, a partir do referido decreto, possibilitaram a oferta de cursos na modalidade integrada, fazendo as escolas adotarem currículo por competências, com execução de módulos intermediários, reduzindo, assim, os custos de restabelecimento do caráter produtivo da educação.

Assim, o Decreto Nº 2.208/1997 retrata as seguintes abordagens:

- Condição a aprovação de cursos à gestão tripartite, composta por empresários e trabalhadores;
- Favoreceu a experiência em detrimento da formação, no tocante à contratação de profissionais;

- o Reduziu os investimentos nas escolas da rede federal, condicionando a sua expansão à realização de parcerias, inclusive com as organizações não governamentais e o setor privado.

Assim, com os novos parâmetros para o ensino, que era visto como apenas composição pelas competências, e apesar de alguns retrocessos, a educação profissional passou a ser mais bem acompanhada por meio do Decreto Nº 5.154/2004, que reestabeleceu a integração entre o Ensino Médio e a educação profissional e não fixou limites para o aproveitamento de carga horária do Ensino Médio para educação profissionalizante. Esse Decreto será tratado na subseção a seguir.

2.3.3 O DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004

Foi a partir dessas discussões acerca do Decreto Nº 2.208/1997 que se estabeleceram as bases que deram origem ao Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Esse instrumento legal, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, trazidas pelo Decreto Nº 2.208/1997, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio:

Art. 4º. A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

[...]. (BRASIL, 1997. Grifos nossos.).

A instituição de ensino, porém, deverá, segundo o parágrafo 2º, do mesmo artigo 4º, “ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o

cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1997).

É importante observar que o Decreto nº 5.154/2004 surge, na realidade educacional brasileira, em um momento de crise do ensino médio, quando se buscava um novo sentido e uma identidade para o tipo de ensino médio que é proporcionado aos nossos jovens e adultos.

No sentido de melhor clareamento do problema e desenvolvimento analítico, é necessário recorrer à visão de outra categoria, desta vez a do ensino médio, tendo em vista que a educação primária e secundária, no Brasil, foi organizada sob a responsabilidade dos estados e/ou municípios, no interior dos quais, posteriormente, irão aderindo várias redes de ensino, em todo o país.

O caráter descentralizado da educação formal, em nosso país, tem origem, principalmente, na omissão do poder público, no embate de diferentes projetos societários das elites locais; e, em menor importância, na organização federativa do país. Esses conflitos têm acompanhado também a lógica de distribuição das competências entre as diferentes instâncias de governo – União, estados e municípios –, ao longo de todo o século XX e até hoje. (KRAWCZYK, 2005).

2.3.4 O NOVO ENSINO MÉDIO

No sentido de melhor apoderamento do problema, recorremos a outra categoria de estudo, desta vez, a do novo ensino médio. O propósito é situar como esse processo de formação direciona-se como meio de capacitação profissional e educacional nas escolas da rede pública e privada.

Posto que tanto a LDB – Lei nº 9394/1996 – como o Decreto 2208/1997 interferiram de forma substancial na oferta de ensino médio. A primeira tem a supremacia na ampliação do acesso à educação básica, gerando, por sua vez, demanda para o ensino médio. A segunda foi uma resposta do governo, que tem a democracia burguesa e visou

conter essa demanda. As duas têm em comum os limites da democracia burguesa, além da manutenção da diferença entre trabalho manual e intelectual. (BORTOLOTO, 2008).

Por sua vez, a sociedade, caracterizada pelas relações flexibilizadas do trabalho e expressivo grau de desemprego, necessita de uma alternativa ideológica para jogar para o sujeito a responsabilidade das contradições produzidas pelo sistema. É o sujeito que não possui os conhecimentos requeridos pela modernidade, a qualificação profissional. (BORTOLOTO, 2008).

Já Ramos (2004) ressalta que, historicamente, a razão de ser do ensino médio é a sua centralidade no mercado de trabalho, para que as pessoas viessem a ocupá-lo logo após a sua conclusão; porém, com a nova LDB, o trabalho perdeu a sua centralidade. A crise do desemprego e a flexibilização das relações de trabalho conduzem à necessidade de preparar o sujeito não mais para o trabalho, mas para a sua adaptação às novas relações sociais; desvia-se, assim, o foco da educação voltada para o trabalho, passando a assumir a preparação para a vida, que nada mais é que a sua adaptação às novas relações impostas pela mundialização do capital. (BORTOLOTO, 2008).

2.4 A TENSA RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E O MUNDO DO TRABALHO

O modelo de educação instaurado com a Revolução Industrial, basicamente, não mudou; trocou apenas alguns figurinos para atender aos interesses dos governantes e às necessidades do setor privado, que defendem a formação de mão de obra para o trabalho, visando unicamente o crescimento econômico.

Porém, como crescer economicamente sem antes passar pela triagem da Educação e de seus gargalos sociais, tais como: saúde, saneamento, alimentação, moradia? A mão de obra qualificada favoreceu ao mundo novas possibilidades de crescimento, o que possibilitou criar condições para implementar a prática educativa com perspectivas futurísticas, capazes de dar atributos e valores para a sociedade e elaborar mecanismos destinados a subsidiar tanta falta de compromisso com o social. Surge, então, a figura do

estágio, para compensar traumas de uma educação que precisa preparar o educando para o mercado de trabalho.

Assim, o *estágio*, nas instituições, serve como base para aprimorar conhecimento, pois segundo Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2003, p. 7), o *estágio* é o período de estudos práticos, exigido dos candidatos ao exercício de certas profissões técnicas ou liberais: estágio de engenharia; estágio pedagógico; período ou estágio probatório, durante o qual uma pessoa exerce uma atividade temporária numa empresa. Aprendizagem, experiência, provocando mudanças na educação.

Essas mudanças na educação permanecem atreladas aos interesses das classes dominantes, uma vez que formar mão de obra para o trabalho sem se preocupar com a formação integral do indivíduo cidadão não contribui para a prática do ensino e da aprendizagem e tampouco para uma formação interdisciplinar.

O *estágio supervisionado* é uma das disciplinas obrigatórias em quase todas as instituições de ensino, e seu objetivo é fazer a interação entre teoria e prática, para que o estagiário passe a conhecer o funcionamento administrativo, técnico e profissional das instituições; estas são escolhidas para, nelas, realizar a apresentação detalhada de todos os aspectos relevantes que aconteceram ao longo desse processo, bem como analisar, profunda e criteriosamente, todos os pormenores deste percurso que é o estágio.

O *estágio supervisionado* é o ápice de todo um processo que teve início no primeiro ano de formação do técnico, quando pode ser realizado, por meio das disciplinas ministradas, um *feedback* de/para tudo o que foi concebido nos processos de ensino e de aprendizagem, e só então pôr em prática todas as competências adquiridas ao longo dessa formação, pois vem contemplar um conjugado de tarefas que vão organizar, estruturar e realizar aqueles processos.

Entender toda essa dinâmica nos reporta à consciência de como o ensino é estruturado e de como é realizado, e a importância dos conhecimentos adquiridos e a sua aplicação em situações reais, dos principais trabalhos realizados ao longo da execução do estágio e uma reflexão crítica, onde serão também referidas as várias experiências vividas durante esse processo.

O planejamento de todo processo de ensino e aprendizagem que se pretenda realizar deve ser precedido de um trabalho criterioso, rigoroso, e garantir o máximo de qualidade naquilo que a instituição se propõe fazer, de acordo com as estratégias definidas pelo estagiário e professor orientador. O professor tem como principal função o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos, através da prática educativa.

Prática essa pela qual o aluno deve aprender a pensar o espaço em que está inserido, proporcionando-lhe a compreensão de que ele é um participante ativo na sociedade, pois a realidade tem que ser entendida como algo em processo, em constante movimento, pois nunca está pronta, encerrada: há uma dinamicidade constante.

O que nos reporta ao pensamento de Marx e Engels (1987, p.94), quando nos esclarecem sobre as ideias dominantes de uma época serem as ideias da classe dominante. Em cada modo de produção, a consciência dos seres humanos se transforma e constitui a maneira como, em cada época, a consciência interpreta e representa as condições materiais de produção e reprodução da existência.

Os aspectos da produção do conhecimento, em relação aos alunos dos cursos técnicos que, na busca por um emprego e uma inclusão imediata no mercado de trabalho, visam mudar de vida diante de tanta dificuldade social, fazem parte do contexto de alienação produzido pelo capital, cujo sentido é internalizar, no trabalhador, uma concepção de que ele precisa se qualificar a cada dia para permanecer no mercado de trabalho. Nesse sentido, passamos a nos alienar sem sermos capazes de nos ver como parte do sistema, este construído pela força de trabalho atribuída a cada trabalhador dentro da sua especificidade.

Assim, cria-se uma separação entre os que produzem ideias e aqueles que produzem coisas. Segregam os espaços de produção, dividindo-os em classes sociais decorrentes da divisão social do trabalho. Segundo Marx, o capitalismo efetivamente produziu o trabalho livre e o processo histórico desfigura o trabalho e o trabalhador, aliena os trabalhadores que não se percebem como classe social, logo não se reconhecem nos produtos dos seus trabalhos (CHAUI, 2012, p. 486).

Nesse sentido, as políticas educacionais, econômicas e sociais instituem novos dispositivos de aprendizagem associados ao desenvolvimento econômico, à inserção profissional e à aquisição de competência (DORAY, 2011, p. 601). Desse modo, de acordo com a ótica do capital, a formação profissional baseia-se na distinção entre formação para o trabalho manual, para a grande massa de trabalhadores, e formação para o trabalho intelectual, para uma elite privilegiada.

No entanto, para ambas as parcelas da força de trabalho, a formação profissional tem como objetivo a constituição de um novo tipo de cidadão, voltado para o mercado, quer como sujeito empreendedor, quer simplesmente como sujeito de consumo. Nessa perspectiva, a formação profissional vem atender aos mecanismos sociais e políticos da reprodução das relações sociais fundadas na estrutura de dominação de classe. (SOUZA, 2000, p. 8).

O distanciamento entre as práticas de formação e as práticas de educação se constrói a partir de uma articulação mais vigorosa com o campo econômico constante: entre trabalho, emprego e formação. (GRUBB, 1996 *apud* DORAY, 2011, p. 602).

Frigotto (2006, p.36) considera a educação como mera produtora de trabalho e potencializa a individualização dos homens atribuindo-lhes a responsabilidade por sua carreira profissional.

As políticas educacionais, principalmente a partir de 1990, são adequadas aos novos conceitos do mundo capitalista atual, foram modeladas pela ideologia das competências e emolduradas pela *teoria do capital humano*, dando origem à materialização de uma educação profissionalizante na perspectiva do capital. (ALVES, 2009, p. 12).

Nessa última concepção, está implícito um modelo de desenvolvimento em que as reivindicações para a universalização da educação básica e para o desenvolvimento da educação profissional visam ao aumento da produtividade industrial para a valorização do capital. (SOUZA, 2000, p. 8).

3 A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFAP/MACAPÁ

O *estágio supervisionado* tem um papel proeminente na formação dos profissionais dos cursos técnicos. Para melhor compreensão deste estudo, fizemos uma breve reflexão sobre o conceito de *estágio* e suas diferentes formas de realização, no Brasil, bem como buscamos identificar e caracterizar a estrutura, o funcionamento e as atividades do IFAP, nas diversas etapas desse procedimento que integra o estudante ao mercado de trabalho.

3.1 O CONCEITO DE ESTÁGIO E SUAS DIFERENTES FORMAS DE REALIZAÇÃO NO BRASIL

O *estágio supervisionado*, no Brasil, surgiu com a Lei Federal nº 6.494, sancionada em 07 de dezembro de 1977 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 87.497 de 18 de agosto de 1982, com a perspectiva de complementação do ensino e aprendizagem, possibilitando experiência prática para o estudante, pois nessa época a experiência era requisito fundamental para ingressar no mercado de trabalho.

O *estágio supervisionado*, então, passou a ser uma das opções, mais eficientes de contato com a realidade do ambiente de trabalho, proporcionando ao estudante a complementação profissional e sua integração com os diversos aspectos técnicos, sociais, culturais, econômicos que se apresentam na sua profissão.

Após 31 anos de aplicação a Lei nº 6.694/77, é revogada, e entra em vigor a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, definindo, no artigo 1º, o que é estágio, a saber:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A mudança fez com que as escolas e as empresas repensassem o compromisso para com a formação de bons profissionais, a partir de um estágio bem feito, dentro de uma execução organizada de tarefas, com condições para que o aluno-estagiário possa atuar na função que virá a exercer, bem como com orientação adequada, contribuindo diretamente para o aprimoramento do profissional do futuro, alcançando o estudante com a sociedade.

Roesch (1996) salienta que o estágio, além de aplicar na prática os conhecimentos teóricos, aprendidos no decorrer do curso, busca também avaliar a possibilidade de sugerir mudanças ao mercado de trabalho, aprofundando uma área de interesse e testando a habilidade de negociação do estagiário.

O esclarecimento de Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2003, p. 7) reforça a importância do estágio como experiência:

Estágio é o período de estudos práticos, exigido dos candidatos ao exercício de certas profissões técnicas ou liberais: estágio de engenharia; estágio pedagógico./Período probatório, durante o qual uma pessoa exerce uma atividade temporária numa empresa./Aprendizagem, experiência.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, prevê também que a carga horária do estágio não deve exceder a seis horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Nos estágios que ocorrem na própria Universidade/Escola, deve ser observado o limite de 20 (vinte) horas semanais. De acordo com o Art. 12, da Lei 11.788, “o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório”. (BRASIL, 2008b).

O valor da bolsa-auxílio é definido entre a unidade concedente e o estagiário. Em nenhuma hipótese pode ser cobrada ou deduzida da bolsa-auxílio do estagiário, qualquer taxa referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio. Os valores de bolsa e subsídios como auxílio-transporte e alimentação devem constar do termo de compromisso de estágio.

Entre os quesitos que devem constar no termo de compromisso, é importante ressaltar, ao estagiário, a inexistência do vínculo empregatício com a empresa concedente e os critérios necessários para realizar o estágio, conforme os ditames do artigo 3º, a saber:

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. (BRASIL, 2008b).

Assim, efetivam-se as transformações e dá-se sentido à formação intelectual, na submissão da escola aos objetivos da empresa, caracterizando o que o sistema capitalista concebe na relação entre educação e trabalho.

3.2 GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO IFAP/MACAPÁ E O ENFRENTAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Nesta subseção, abordaremos a *gestão do trabalho pedagógico*, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá- IFAP, a partir de informações obtidas nas visitas realizadas *inlocus* e nos documentos institucionais intitulados Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI).(IFAP, 2012; 2012a).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP originou-se a partir da transformação da Escola Técnica Federal do Amapá em Instituto, pela Lei nº 11.534/2007, conforme citação abaixo, com a missão de atender à demanda social, oferecendo uma educação capaz de preparar para o trabalho e para o exercício da cidadania.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP – oriundo da antiga Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Foi criado como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3552, de 16.02.1959. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 transforma a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, vinculado ao Ministério da Educação, com natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. E, através da Portaria MEC 021/2009 de 07 de janeiro de 2009, é nomeado o professor EMANUEL ALVES DE MOURA, como Reitor Pró-Tempore desta autarquia. (IFAP, 2012; p.10).

A citação acima também nos remete ao vínculo do IFAP com o Ministério da Educação, sendo aquele uma entidade de natureza jurídica autárquica, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Entretanto, no que diz respeito à autonomia, evidenciou-se que essa ainda é uma discussão que se limita à comunidade escolar interna, ancorada apenas na liberdade de que o Instituto dispõe para resolver as questões práticas do dia-a-dia.

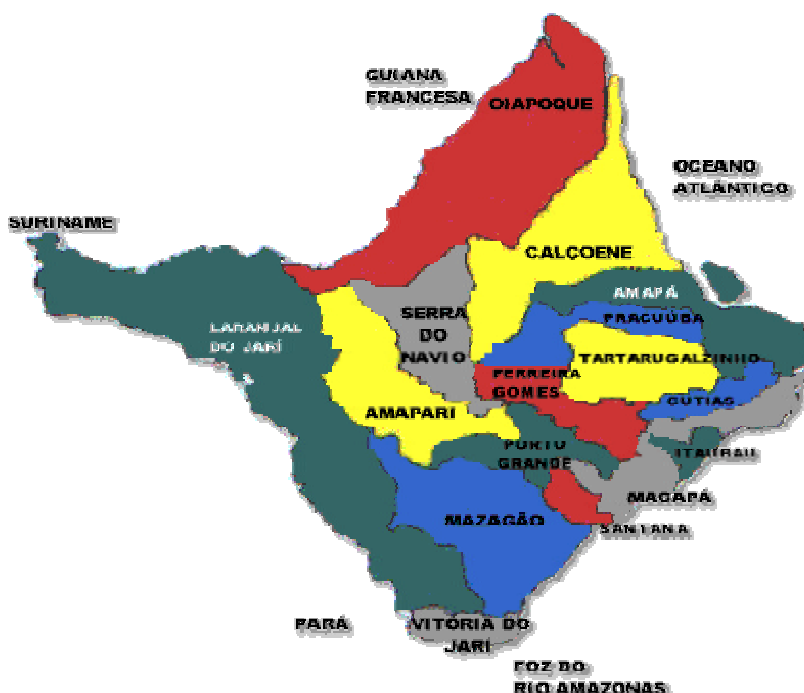
A organização da gestão do trabalho pedagógico, em face da autonomia, da participação, da construção do projeto político-pedagógico e da formação inicial e continuada, é notória a existência de algumas lacunas para atingir uma gestão “democrática”, principalmente quando se trata do papel de cada um dos membros do corpo diretivo, da equipe pedagógica, dos docentes e da comunidade externa, com o objetivo de conscientização ideal na organização do trabalho pedagógico para se atingir uma gestão democrática.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP foi elaborado por uma Comissão composta pelo Coordenador Geral, Comissão Central e Colaboradores, segundo informativos retirados do próprio documento (IFAP, 2012, p.5): um PDI representa toda uma construção de um projeto educativo coletivo, o qual constitui a identidade da instituição e o instrumento primordial que permite a gestão democrática, uma vez que o Amapá, devido à sua localização e às suas peculiaridades, vem sendo palco de grandes transformações e tem tentado, mesmo com limitações, acompanhar o processo de mundialização.

Localizado na Região Norte, o estado do Amapá, cujo capital Macapá, possui peculiaridades geofísicas, sociais, políticas e econômicas de uma região em pleno crescimento e desenvolvimento, diretamente ligados a exploração dos recursos naturais. O setor primário é marcado por baixo nível tecnológico, crédito restrito e por contingente populacional reduzido. O setor secundário está concentrado nas atividades de extrativismo mineral, da construção civil e da indústria de transformação, que devido à limitada oferta de energia e por outras deficiências de infraestrutura, é pouco expandido. O setor terciário, que inclui a administração pública, é o mais representativo da economia amapaense, apesar de não ser o principal empregador.

As atividades do comércio e de serviços têm superado a administração pública na geração de empregos, em anos recentes; mesmo assim, foi divulgado, em dezembro de 2013, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, dentre as capitais brasileiras, está entre as que menos contribuíram para o PIB do país, à frente apenas de Boa Vista (RR), Rio Branco (RO) e Palmas (TO), todas com participação de 0,1 ponto percentual no PIB do país. O Estado do Amapá, hoje, conta com 16 municípios, destacados na figura a seguir:

FIGURA 2 – Mapa: Municípios do Estado do Amapá



Fonte: <http://besttemas.com.br/mapa-de-macapa-lugar-quente/#prettyPhoto>

O mapa acima retrata os municípios existentes, no Estado do Amapá, na década de 1990. Junto com a criação desses novos espaços, aconteciam as transformações mundiais que iriam influenciar os mais diversos campos: sociais, políticos, econômicos e, principalmente, educacionais, pois muda a economia, muda a política educacional, para atender ao mercado de trabalho. No contexto cultural, não podem ser negadas essas mudanças vividas em decorrência do processo de globalização.

Porém, vale ressaltar que toda essa explanação é para abordar, nesta subseção, a gestão pedagógica e o enfrentamento da relação entre teoria e prática, no IFAP, e entender tanto as diversidades do local, a partir de seus acessos e suas implicações, no que tange às políticas educacionais, quanto o acompanhamento do novo tipo de trabalhador, que o mercado exige e que a Região Norte, na sua amplitude Amazônica, tem de atender.

Segundo DORAY (2011, p.601), nesse sentido, as políticas educacionais, econômicas e sociais instituem novos dispositivos de aprendizagem associados ao desenvolvimento econômico, à inserção profissional e à aquisição de competências. Assim, a instituição palco de novos dispositivos de aprendizagem direciona a prática educativa para potencializar o campo econômico constante – trabalho, emprego e formação – mediante construção das competências, diante dos modelos de educação criados para sistematizar ações e responder às finalidades mercadológicas e aos interesses privados, modelos pelos quais se prepara o sujeito para o mercado de trabalho, desenvolvendo suas competências.

A formação do trabalhador é marcada historicamente pela relação educação/trabalho e amparada pela lógica capitalista da racionalidade financeira. As instituições de educação tecnológica, como um dos espaços de desenvolvimento dessa relação, vêm buscando, ao longo de sua história, a superação de um paradigma meramente técnico em direção a uma formação profissional mais ampla e integrada.

A partir dos anos 80/90, do século XX, principalmente, essas instituições voltam seu foco para a formação de profissionais em nível básico, técnico e tecnológico. Nesse sentido, o IFAP assume o ensino técnico, no Amapá, no campo de uma prática alinhada às novas demandas do processo produtivo.

Ao retratar o processo produtivo, fazemos aqui uma alusão à visão de futuro do IFAP, conforme seu PDI (2012, p. 9), que é “Consolidar-se como centro de excelência na educação profissional e tecnológica formando pessoas para o mundo do trabalho globalizado.” Nessa perspectiva, passaremos a abordar o enfrentamento da relação entre teoria e prática, no Instituto Federal do Amapá, que possui limite de atuação territorial em quatro municípios dentro do estado do Amapá.

Conforme o Plano de Metas, traçado até 2022, em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o IFAP pretende, até o corrente ano (2014), ter quatro unidades oferecendo nos *Campi* Santana e Porto Grande, cursos técnicos de nível médio e na modalidade subsequente, pois nos *Campi* Macapá e Laranjal, desenvolvem-se cursos em nível médio, superior e pós-graduação, e na modalidade subsequente (IFAP, 2012a).

O Instituto Federal do Amapá, com base a nova denominação de educação profissional e tecnológica, apresentada pela Lei nº 11.741/2008, alterando o art. 39 da 9.394/96, integra os cursos em conformidade com os diferentes níveis e modalidades de educação e com as dimensões do trabalho, ciência e da tecnologia, e atende aos ditames do parágrafo 1º, com eixos tecnológicos para a Educação. São eles: Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Ambiente, Recursos Naturais, Controle e Processos Industriais, Produção Alimentícia e Apoio Educacional.

Com esses eixos, o IFAP tenta fazer com que a educação de nível técnico especializado atenda ao mercado de trabalho do Estado do Amapá, dê conta da demanda a partir da relação entre escola e mundo do trabalho e inicie o enfrentamento da relação entre teoria e prática no processo de gestão.

Hoje, o grande problema está em correlacionar teoria e prática numa dimensão, muitas vezes, nem sempre favorável a quem busca entrar no mercado de trabalho e no sonho do primeiro emprego, pois, segundo Souza (2013, p. 7),

[...] Embora este tipo de qualificação fragmentada não prepare uma parcela significativa da força de trabalho para apropriar-se da ciência e da tecnologia aplicada na produção, pelo menos tem o efeito de conformação ético-política deste segmento da força de trabalho na nova conjuntura excludente do mercado de trabalho. Funciona como uma espécie de educação para o desemprego, na medida em que prepara parcelas significativas da força de trabalho para

permanecerem à margem do mercado formal de trabalho, contentadas com subempregos, trabalhos precários, “bicos” ou trabalhos temporários. Mais que isto, prepara estas parcelas da classe trabalhadora para encararem com naturalidade tal situação e conformar-se a ela.

Nessa perspectiva, a aprendizagem é vista como um processo que antecede o desenvolvimento, ampliando-o e possibilitando a sua ocorrência. Em outras palavras, os processos de aprendizagem e desenvolvimento influenciam-se mutuamente, gerando condições de que quanto mais aprendizagem, mais desenvolvimento e vice-versa; caso contrário, estaremos reproduzindo valores distorcidos em relação à classe trabalhadora.

Ao considerar um importante componente curricular da prática profissional, o *estágio supervisionado*, no Instituto Federal do Amapá (IFAP) se constitui como o conjunto das atividades de ensino e aprendizagem cultural, social e profissional, proporcionadas ao estudante por meio de sua ação prática em situações concretas da vida e trabalho, e propicia ao aluno adquirir experiência profissional específica que deve contribuir de forma eficaz, à sua futura prática profissional.

Tem como objetivo oportunizar ao aluno a práxis de seus conhecimentos acadêmicos, refletindo sua atuação entre a teoria e a prática e tanto no ensino profissional como no nível superior, poderá ser vivenciado no interior do Instituto Federal do Amapá ou em empresas e ou escolas públicas ou privadas, desde que ofereçam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência investigativa reflexiva e de prática efetiva na área de formação do estudante.

4 CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFAP / MACAPÁ

As concepções norteadoras da pesquisa sobre *estágio supervisionado* são apresentadas aqui através de entrevistas, grupo focal e questionários realizados com os gestores, coordenadores de curso e estágio, pedagogos e os alunos do Instituto Federal do Amapá (IFAP), em Macapá. Entendemos que, aqui, o ponto central permeia entre as angústias e tentativas de acertos diante das mais diversas análises sobre a educação e o trabalho, em uma instituição de ensino com dois anos apenas da implantação do curso técnico de nível médio integrado. Registram-se, nesta pesquisa, a experiência no trabalho e o potencial de conflitos existentes sobre o ato do saber ser, saber fazer e saber agir.

4.1 AS CONCEPÇÕES E AÇÕES INSTITUCIONAIS

A investigação sobre as Concepções e práticas de estágio supervisionado no Campus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá surgiu como parte integrante do projeto *Mediações entre a escola e o mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, coordenado pelo professor Doutor José dos Santos Souza, com o propósito de realizar um estudo do trabalho pedagógico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a forma como nela se desenvolve o estágio supervisionado.

O projeto geral teve como objetivo explicar se as mudanças recentes ocorridas nas atividades de estágio permitem que este tipo de atividade seja identificado com o que a sociologia do trabalho tem denominado “trabalho precário”, a partir de um recorte sócio-histórico no período de 1994 a 2014, por considerar que, nesse período essa rede de ensino sofreu profundas transformações quantitativas e qualitativas.

Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica, do IFAP/*Campus* Macapá, oferecem às comunidades locais diversas alternativas de formação nos diferentes segmentos educacionais, obedecendo ao caráter normativo do sistema de ensino. Conforme dados obtidos através de levantamentos documentais, a educação profissional e tecnológica oferecida pelo IFAP abrange os cursos na área de Formação Inicial Continuada (FIC), a Educação Profissional Técnica, de nível médio (nas formas integrada e subsequente, e na modalidade Proeja) e a Educação Profissional Tecnológica, em níveis de graduação e pós-graduação.

Suas ações institucionais são fundamentadas na teoria sociointeracionista de Vygotsky, concepção de processo de ensino e aprendizagem que parte do entendimento de que todo organismo é ativo e estabelece contínuas interações com as condições sociais. A teoria defende que o ponto de partida são as estruturas orgânicas elementares, determinadas pela maturação. A partir delas, formam-se novas e cada vez mais complexas funções mentais, dependendo da natureza das experiências sociais da criança. (IFAP, 2012, p.46).

Assim, partimos do princípio de que o homem, para sobreviver no mundo atual, precisa estar em interação com valores, normas e experiências sociais. Todavia, ao se adotar um cunho dialético da educação, passamos a perceber o quanto se é prolixo nas ações diárias do fazer pedagógico, no qual usamos teorias e mais teorias e que não substituem, não acompanham, na maioria das vezes, as mudanças no reino das novas tecnologias.

No fazer institucional, suas ações devem partir de um contexto social que não visem somente ao bem-estar do indivíduo e a forma como a teoria chegará à prática. E sim, das condições para que no processo ensino-aprendizagem possamos entender a realidade que nos cerca, compreender que a teoria nem sempre caminha com a prática, e que novas dialéticas chegam a todo o momento dentro de conflitos sociais.

Só assim, teremos a concepção institucional voltada para as classes trabalhadoras que entenderam a sistemática do sistema excludente que é o capitalismo, quando prepara o indivíduo apenas para o ganho salarial e não para a mudança de concepção e de prática no ato do fazer, do ser e do pensar.

Logo, o já mencionado Projeto Político Pedagógico Institucional (IFAP, 2012a, p.44) nos mostra os princípios filosóficos que orientam as concepções e práticas relacionadas ao fazer pedagógico, como eixos norteadores de todo o processo educativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, que passamos a citar.

1. Concepção de homem como um ser dotado de potencialidades, com capacidade de auto superação [*sic*] e de agir ativamente para modificar e sugerir inovações à realidade onde ele está inserido;
2. Visão do educando como um ser completo, dotado assim de necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social, emocional, moral e espiritual;
3. Compreensão de educação como um processo que promova no discente a capacidade de pensar, sentir e agir de forma autônoma, como sujeito livre e responsável pelas suas próprias atitudes;
4. Consciência de que o conhecimento é o grande capital da humanidade. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. Esta é a função de instituições que se dedicam ao conhecimento apoiado nos avanços tecnológicos;
5. Educação fundada nos quatro pilares do conhecimento propostos por Jacques Delors (*apud* Gadotti, 2000, p.9 e 10), coordenador do “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI”, a saber:

Aprender a conhecer – Prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção. Não basta aprender a conhecer. É preciso aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas “pensar pensamentos”, pensar o já dito, o já feito, reproduzir o pensamento. É preciso pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

Aprender a fazer – É indissociável do aprender a conhecer. A substituição de certas atividades humanas por máquinas acentuou o caráter cognitivo do fazer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a competência pessoal que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mas apta a trabalhar em equipe, do que a pura qualificação profissional. (IFAP, 2012a, p.44).

A ação institucional também garante ao aluno que, a partir de sua formação, ele tem por obrigação ser um profissional que saiba trabalhar com a coletividade, seja proativo nas resoluções de conflitos, conforme citação abaixo:

Aprender a viver juntos – a viver com os outros. Compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não-violência [*sic*], administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação. Essa é a tendência.

Aprender a ser –Desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. A aprendizagem não pode ser apenas lógico-matemática e linguística. Precisa ser integral. (IFAP, 2012a, p.45).

Diante dessa perspectiva de contribuir para a formação profissional é que o IFAP, na construção do projeto pedagógico institucional e dos planos de cursos, opta por esta postura teórica aliada às orientações norteadoras da LDB (Lei 9.394/96); da Lei 11.892/08 (Lei de Criação dos Institutos Federais); e das Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2013), as quais definem os princípios, critérios e competências do técnico, do tecnólogo, do bacharel, do licenciado, e defendem a existência de uma matriz curricular fundamentada na função social, educativa, política e econômica.

As ações advindas da concepção de mundo e educação e vinculadas aos princípios filosóficos do Instituto possuem uma inter-relação com o desenvolvimento local e regional que, na visão institucional, requer que ensino e aprendizagem proporcionem a verticalização e o diálogo nos diversos segmentos, desde a educação básica até a superior, e que sejam indissociáveis do ensino, pesquisa e extensão.

4.1.1 OS GESTORES

O século XXI tem diante de si alguns desafios intelectuais e éticos de tal magnitude e diversidade que o exercício mais arriscado ao qual somos chamados está na grande revolução que devemos enfrentar diante da primeira mudança que é a nossa mentalidade.

Partindo desse enfoque, atentamos para um envelhecimento da prática escolar em não atender ao mercado, ao perder um padrão no ato de gerir e ministrar nosso fazer pedagógico. Ficamos estagnados no contexto de conteúdos que, junto com a prática, não resolvem o imediatismo da mundialização, pois tudo para no “novo”, ou seja, não damos conta das novas tecnologias.

O fato é que uma sociedade de qualidade não pode se sustentar sem professores de qualidade, sem instituições de qualidade e sem gestores compromissados. Ao fazermos nossas entrevistas ², apresentamos questões em relação às concepções e prática do estágio supervisionado, e identificamos o quanto é necessário que um Instituto, por mais jovem que seja, esteja inserido no contexto educacional que rege as normativas vigentes.

Nossas perguntas reportaram-se ao Diretor Geral, do qual ressaltamos, aqui, a contribuição ao nos conceder a entrevista para coleta de dados importantes para a compreensão da funcionalidade de um Instituto, sua gerência e sobre a relação entre teoria e prática tendo como foco o objeto de estudo *estágio supervisionado*.

É importante salientar que a entrevista constou de partes que subsidiaram nosso trabalho de maneira a não explicitar todas as questões, ora desenvolvidas. Começaremos a compreender, a partir da concepção do Diretor Geral, como se dá a prática de sua gerência no IFAP / *Campus Macapá*.

Bom... É... Na verdade, por nós sermos uma autarquia – né?... E temos autonomia didática, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial. O Diretor Geral, ele gere toda essa estrutura dentro duma autarquia, verificando o bom andamento pro ensino, pra pesquisa e pra extensão – né? – objetivando toda uma estrutura organizacional; e como ordenador de despesa, o bom andamento do pagamento, das compras e da manutenção da estrutura física do campus. (Diretor Geral, 2013).

Assim, perguntamos ao Diretor como se dá essa relação entre teoria e prática, no âmbito geral no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

É... garantindo – né? – todos os subsídios necessários para que o que foi proposto no plano de trabalho docente e na ementa daquele componente possa ser executado, como recurso técnica, recurso de laboratório, e todas as solicitações do corpo docente do curso.

² As falas de todos(as) os(as) entrevistados foram gravadas. Sua apresentação, neste capítulo, se faz pelo registro *verbatim* de passagens selecionadas de cada uma dessas conversas, após transcrição de toda a entrevista.

Então... Viabilizando dentro do plano de trabalho docente daquele componente ou daquele curso os recursos necessários para que ele possa ter esse casamento entre a informação teórica e a prática. (Diretor Geral, 2013).

Em seguida, restringimos mais o processo de mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos do IFAP/ Campus Macapá. Ainda que se compreenda o ensino médio integrado com finalidades próprias, diante de currículos elaborados, é necessário perceber o quanto a integração é algo bem amplo e precisa ser executada diante da relação entre trabalho, ciência e cultura. Assim, a função da gestão, é proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico que estamos vivenciando. A saber, palavras da Direção:

É... Assim... Na verdade... É... A educação profissional, ela, na forma integrada, ela tem que trabalhar não integral, mas de forma articulada, o núcleo comum, o núcleo propedêutico – língua portuguesa, geografia – com foco pra formação. Exemplo: mineração, acompanhamento geografia... E tem que ter a ementa básica de qualquer ensino regular e também tem que dar o foco para a parte da mineração com a parte de georeferenciamento, a parte de espaçamento, a parte de ocupação, e assim por diante... O objetivo é trabalhar uma ementa casada com a educação profissional. (Diretor Geral, 2013).

Sob essa concepção, passamos a questionar como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico e o mundo do trabalho, no IFAP, diante da noção de trabalho como princípio educativo e condutor de um processo histórico capaz de compreender as relações sociais e trabalhistas do modo de produção e a relação de ser da educação.

Na verdade, assim... No organograma e... Como nós somos uma instituição nova, temos uma coordenação que faz essa relação empresa, o mundo do trabalho e instituição para verificar parceiros – né? – como estágio, e assim por diante – né? Existe

uma unidade dentro do campus que faz essa articulação junto aos órgãos de estágio, junto aos centros de estágio, justamente para dar essa oportunidade de estágio para aqueles alunos que já necessitam de ir para o estágio. (Diretor Geral, 2013).

Atrelado a esse fato, passamos a entender a presença de uma reestruturação do mercado de trabalho, associada à redução do emprego regular, em favor do emprego parcial, temporário e da subcontratação. E no que concerne à preparação dos alunos para o mercado de trabalho, perguntamos ao Diretor Geral a respeito do perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados:

Olha... É... É isso que a gente tenta colocar na formação do estágio – né? Há 100 anos – né? – quando se saía de uma escola de aprendizes e artífices, que hoje nós somos, os institutos federais... Era meramente o apertador de parafusos; mas o mercado e o mundo necessitam além de ele ter o conhecimento técnico, ele precisa do conhecimento ético, uma parte de emancipação humana; então, o mercado necessita que ele, além de conhecer tecnicamente, que ele possa ter relacionamento, ser proativo, saber trabalhar em grupo, que isso que, dentro do instituto federal, a gente tenta mesclar, que o professor que tá em sala de aula consiga ter agregada essas informações pra formar um bom profissional, não mais o feijão com arroz, mas algo inovador, esse que o mercado necessita. (Diretor Geral, 2013).

A essência do trabalho humano não se exaure quando o trabalhador passa a qualificar-se, mas abre uma reflexão sobre o estágio supervisionado, pelo fato de não se fazer por si só, mas ser um conjunto articulado ao projeto político institucional e que, desde o início do curso, as disciplinas fossem se encadeando entre si para que o aluno percebesse o estágio não somente como algo dissociado da teoria, que só vai aprender se houver a prática, na maioria das vezes precarizada. A gestão entende que a relação teoria-prática é extremamente importante:

Extremamente importante – né? – porque, na verdade... É assim... Como eu falei no início, o profissional hoje do mundo globalizado, um técnico em nível médio, ele vai gerir pessoas também, ele pode ser um gestor, e o estágio vai moldá-lo também em alguns conhecimentos teóricos na prática; e principalmente, ele entende como está o mercado de trabalho, quais são as tendências; em sala de aula, é uma visão, é um mundo que dá uma base, mas no mercado de trabalho, ele vai ter problemas reais; e aí, vamos ver como vai ser a postura para ele tentar... Pra quando, realmente, ele for efetivado ou ser um profissional formado, ele tenha menos problemas com alguns casos. Então, o estágio em um curso profissionalizante, ele é 50% da formação dele. (Diretor Geral, 2013).

Logo, o estágio supervisionado não pode ser considerado apenas um componente curricular, ele também é um instrumento formativo na vida do estudante. E que, diante da obrigatoriedade na formação do técnico, a gestão coloca aqui seu posicionamento:

Olha só... Eu vou colocar duas visões – né? Enquanto profissional da área, eu acho que deveria ser obrigatório para todos, mas a própria legislação nos abre a opção de ser obrigatório ou não obrigatório, porque, dependendo da notoriedade do atendimento a instituição, ela pode ficar é... refém de garantir o estágio para o aluno; e às vezes, muita das vezes, não se consegue pelo mercado o trabalho. Na teoria, eu concordo; mas na prática, enquanto gestor, tem que se ver o perfil do mercado, se vai se garantir um estágio para ele; mas pra formação dele, sim, o estágio deve ser obrigatório por conta da praticidade, da prática e da teoria que ele vê em sala de aula. (Diretor Geral, 2013).

Com esses elementos, demonstramos as concepções e a importância do estágio supervisionado para a gestão, levando em consideração as subjetividades dos aspectos formativos que identificam os atores sociais na sua formação. Neste contexto, destaca-se a concepção do estágio e da educação integrada ao trabalho, ciência e tecnologia, como formação necessária para o exercício do trabalho produtivo.

4.1.2 A EQUIPE PEDAGÓGICA

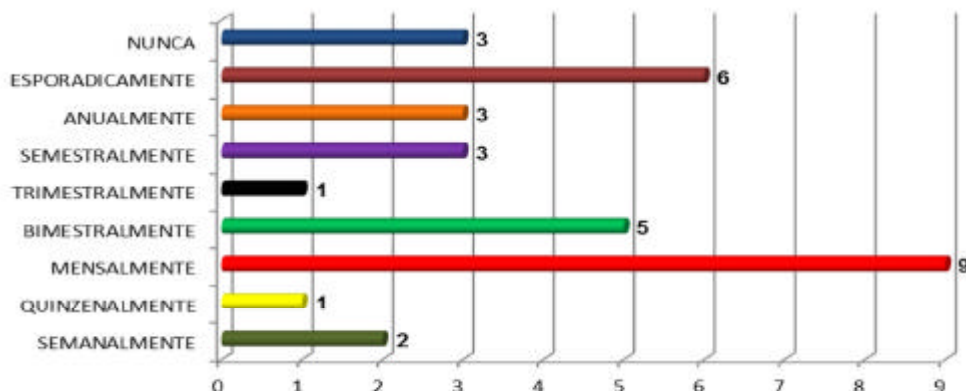
A coordenação pedagógica do Instituto Federal do Amapá, entre as suas várias atribuições, está a de assessorar e acompanhar os trabalhos pedagógicos das coordenações de cursos técnicos, destacar o que diferencia o trabalho da instituição em relação ao das outras escolas e buscar também o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Esse procedimento de assessorar constitui uma das grandes dificuldades, como o cumprimento de prazos e a conciliação dos horários para reuniões de planejamento e assessoramento pedagógico dos docentes, como enfatizou a Coordenadora Pedagógica:

Eu vejo que os salários têm a ver com isso, que eles são defasados – né? Então, muitos buscam outros vínculos, o que dificulta a disponibilidade de horário para essas reuniões importantes para o bom andamento do processo educativo. Também, tem a questão de como antes, até a década de 80/90, o coordenador pedagógico era visto com um fiscalizador do trabalho docente – né? Através da figura do supervisor, eu creio que essa característica ainda permanece, até hoje, dificultando o trabalho e desvalorizando o trabalho do coordenador pedagógico. (Coordenadora Pedagógica, 2013).

Compreender a dinâmica do trabalho pedagógico, nos institutos federais, em especial no IFAP/Campus Macapá, nos remete ao ato de ensinar e à percepção da Coordenação Pedagógica sobre a relação do mundo do trabalho em que vive o professor, que não tem só um vínculo empregatício, mas que precisa se deslocar de um polo a outro para garantir uma renda favorável ao seu cotidiano e deixando lacunas na própria instituição, quando se trata de cumprir compromisso em relação a reuniões pedagógicas. A saber:

GRÁFICO 1 - Reuniões periódicas promovidas pela instituição com os docentes



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

As reuniões pedagógicas acontecem mensalmente, conforme as respostas dos docentes do *campus* Macapá, as reuniões esporádicas, surgem quando ocorrem a existência de assuntos emergenciais; as reuniões bimestrais são realizadas para retratar ações que devem sofrer alterações no bimestre seguinte. Dessa forma, quando os professores são convidados a trabalhar, planejar suas ações em função do bom desenvolvimento educacional, possibilita-se uma maior interação em relação a Prática Pedagógica.

Conforme exposto anteriormente, a integração do trabalho a educação profissional, trouxe as considerações e observações, acerca da concepção da Coordenadora Pedagógica, a respeito da temática *estágio supervisionado*:

Bem, o estágio supervisionado, eu creio que é uma das formas de propiciar ao aluno a complementação profissional; ele possibilita a integração entre a teoria e a prática – né? É o momento em que o aluno fica... É aquele momento em que o aluno fica em contato direto com o ambiente de trabalho, além do que o conhecimento adquirido no estágio facilitará muito a inserção desse aluno no mercado de trabalho, contribuindo para que o futuro profissional tenha experiência para atuar em sua profissão. (Coordenadora Pedagógica, 2013).

A Educação Profissional, portanto, não deve ser apenas algo estruturado pelas organizações governamentais, na qual se deve cumprir um determinado conteúdo escolar, mas um parâmetro, por meio do qual se aprende a construir relações com as “coisas” (mundo natural) e com as “pessoas” (mundo social), com a ciência e as tecnologias. Essas relações devem propiciar a inclusão de todos e o desenvolvimento da autonomia e autodireção dos educandos, no prosseguimento dos estudos e na preparação para o mundo do trabalho.

4.1.3 A COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

A titular da Coordenação do Estágio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ocupa o cargo desde 2012. Como Coordenadora de Estágio, preocupa-se em fazer a integração entre escola e empresa, tem a responsabilidade de planejar estrategicamente o funcionamento de todo o processo que deve se dar no estágio, desde a visita técnica à empresa, quando é acompanhada por um técnico da área.

É importante ressaltar que essa figura do técnico da área (professor), até a realização da pesquisa no ensino médio profissionalizante, não tinha aparecido pelo fato de os cursos técnicos do ensino médio não terem realizado o estágio, por questões que veremos adiante.

No entanto, fica claro que o professor-orientador especificamente do curso vai acompanhar esse processo; juntamente com as coordenações de curso, que, por meio da metodologia aplicada ao estágio, orientará o aluno para o preenchimento dos termos e fichas de acompanhamento; este será realizado tanto pelo professor-orientador como pelo supervisor de estágio na empresa.

O estágio, segundo a Coordenadora, atende à lei vigente, e como requisito avaliativo, o aluno terá que entregar, no final, um relatório de suas atividades, computando um percentual de 200 horas. A coordenação de estágio deixa claro, na entrevista, que também acompanha os discentes.

Também, a gente, nesse processo, procura acompanhar esse aluno quando ele conclui o estágio, que nós chamamos de aluno egresso, e como é esse acompanhamento, a gente aplica um questionário com eles, [abre-se a porta] um questionário de estágio; no final do estágio, eles entregam esse questionário, e a gente vai ter noção de como que foi, qual é a visão dele do estágio – né? – pra que a gente possa até melhorar, mais ainda, essa relação entre a empresa e o Instituto. (Coordenação de Estágio, 2013).

Percebe-se que os trâmites para encaminhamento do estágio, no IFAP, têm a preocupação de saber como foi o estágio, com o intuito de garantir um retorno diante de um trabalho de maneira a caminhar atrelados às transformações do século XX.

A educação profissional, portanto, configura-se como um fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como para a redução das desigualdades regionais e sociais numa sociedade brasileira em que ainda apresenta em sua estrutura desequilíbrio na produção e distribuição de renda e bens materiais. A formação de profissionais técnicos de nível médio a partir do estágio supervisionado é uma necessidade premente no mundo do trabalho, em função do crescente aumento das inovações tecnológicas e dos novos modos de organização da produção, mas, sobretudo pela necessidade de profissionais com uma visão crítica e reflexiva sobre o trabalho e a sociedade, haja vista, contribuir de maneira efetiva e decisiva com o desenvolvimento social e econômico na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.1.4 OS COORDENADORES

A concepção do objeto de estudo da pesquisa aqui relatada tem como atores sociais os Coordenadores dos Cursos de Técnico em Redes e Computadores, e Técnico em Edificações. Vale salientar que o ensino médio integrado do IFAP / *Campus* Macapá possui quatro cursos: Técnico em Alimentos; Técnico em Mineração e os dois acima citados. Em razão de mudanças no quadro administrativo, não foi possível fazer entrevistas com os atuais coordenadores do Curso; e os antigos coordenadores não se

pronunciaram por não fazerem mais parte da coordenação. Por isso, trabalhamos apenas com os relatos dos Coordenadores que se dispuseram a participar da pesquisa.

O Curso Técnico em Redes de Computadores, na forma integrada, possui um total de 551 alunos (ano de 2014); o Curso Técnico em Edificações totaliza 153 alunos (ano de 2014); o Curso de Técnico em Mineração, 138 alunos (ano de 2014); e o Curso Técnico em Alimentos, 133 alunos (ano de 2014), todos na forma integrado.

Perguntamos aos coordenadores, na entrevista, o que faz um coordenador de curso. De acordo com a resposta, entendemos que o Coordenador tem que ter um perfil generalista, pois desenvolve diversos papéis em relação ao ato de coordenar.

O QUE FAZ UM COORDENADOR DE CURSO?

Ele orienta os professores de modo geral, principalmente, da área técnica, pra que a gente possa desenvolver o melhor curso de edificações voltado para o nosso público e no caso do integrado e no caso do subsequente. (Coordenador de Edificações, 2013).

Olha, as atribuições são muitas; e dependendo da instituição, cada instituição, ela define aquilo que ela acha que é o perfil do trabalhador, a atribuição do coordenador. Aqui, no Instituto Federal do Amapá, nós temos uma cartilha de atribuições, que eu não recordo agora de cabeça as atribuições; eu vou te dizer as principais que eu consegui agregar. Então... O coordenador de curso, ele tem que elaborar os planos de curso; ele tem que verificar assiduidade do professor, ficar verificando substituição; ele sempre tem que tá cobrando a entrega do plano de trabalho, plano de trabalho docente, o diário dos professores, e ficar sempre buscando estratégias para a melhoria do curso, correndo atrás de minicursos para os alunos, organização de eventos, elaboração de PBS, também, para a compra de material de consumo e construções de laboratórios, parcerias com instituições privadas e também autarquias públicas; então, a demanda da coordenação é grande e acaba se misturando com as rotinas também pedagógicas dos institutos; e não fica bem definido o que seria trabalho pedagógico e trabalho do coordenador. (Coordenador de Redes de Computadores, 2013).

Ambos gostam do que fazem e relatam dificuldades encontradas no curso, pois, diante de uma Coordenação cuja instituição passou a ter curso na forma integrada no ano de 2011, muitas mudanças ocorreram, ao longo dos anos, para fins de organização, pois os cursos só têm três anos de existência. As dificuldades encontradas são relatadas a seguir.

Ainda hoje, talvez seja o laboratório; no mais, a gente consegue contornar. Devido à gente precisar muito de laboratório, a gente ainda tem essa dificuldade, ainda por ele não tá totalmente implantado. (Coordenador de Edificações, 2013).

Olha, hoje, aqui no Instituto, a maior dificuldade que eu tenho é a sobrecarga das demandas que são passadas para coordenações, como até em reunião eu já havia colocado. Eu acredito que o IFAP, no todo, ele funciona como uma grande engrenagem, que todos os setores têm que funcionar para que ele funcione; no momento que um setor deixa de funcionar, então, ele não consegue exercer suas atividades e sobrecarrega o outro. Então, eu já tenho bastante demanda na coordenação [já] que a gente não tem servidores suficientes para trabalhar da forma que a gente gostaria, a forma que a gente imagina que seja. Então, você já tem aquela demanda, não tem corpo administrativo suficiente para atender aquela demanda da sua coordenação, mas você atende; e você ainda vai ficar sobrecarregado com a demanda de outros setores? Então, isso é a principal dificuldade que eu encontro hoje. (Coordenador de Redes de Computadores, 2013).

Percebe-se, ainda, que, pelo fato de não ter corpo administrativo suficiente, os coordenadores utilizam “estratégias” para facilitar o seu trabalho, pois relatam a sobrecarga das atividades, e isso é um ponto que condiciona o coordenador a não produzir como deveria.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a contribuição dos coordenadores no sentido de mediar a integração entre a teoria e a prática. As ideias são várias, a ânsia de

mudar e de ver o trabalho realizado é intensa; todavia, existem alguns pontos que não dependem do coordenador, e sim de toda a instituição.

Como eu já coloquei... Uma das minhas principais funções aqui, hoje, seria a principal elaboração de PBS [Pedido de Bens e Serviços], tanto quanto material de consumo para as aulas práticas como construções, elaboração de laboratório pro curso. Eu deveria estar correndo atrás também de parceria com empresas privadas para que esses alunos possam viver, aqui no Instituto, a questão da teoria, tanto do núcleo [comum] quanto do núcleo específico, e poder fazer uma visita técnica; ou então, através do estágio, ingressar na prática, ter o primeiro contato com o mercado de trabalho. Como eu lhe falei, como a gente tem muitas demandas e muitas rotinas pedagógicas, a gente acaba deixando de fazer isso, que eu acho que era primordial para o meu cargo de coordenador. (Coordenador de Redes de Computadores, 2013).

Proporcionando encontros, como nós tivemos na semana passada, encontros onde nós tivemos contato com vários assuntos interligados ao curso de edificações, também proporcionando visita técnica. (Coordenador de Edificações, 2013).

Com relação às mudanças no ensino médio, o nosso foco de estudo aqui é tratar das concepções e práticas do estágio supervisionado; perguntamos então como se dá o trabalho pedagógico e o mundo do trabalho, na posição de coordenador dos cursos que ainda não tiveram nenhuma turma formada.

Proporcionando encontros, como nós tivemos na semana passada; encontros onde nós tivemos contato com vários assuntos interligados ao curso de edificações, também proporcionando visita técnica. (Coordenador de Edificações, 2013).

É complicado responder; eu acho que ficaria melhor a coordenação pedagógica responder, é mais a critério deles mesmo. Acho que vou pular essa pergunta. (Coordenador de Redes de Computadores, 2013).

É difícil organizar as relações entre a prática e o mundo do trabalho pelo simples fato de a mudança de comportamento e o novo tipo de profissional serem o que o mercado requer. Hoje, não podemos estar presos às antigas visões de um mundo capitalista no qual cada um fazia algo; a própria dinâmica de mercado garante e solicita um profissional proativo, sem ranços de gerações que não sabem sequer digitar um texto. Na fala dos coordenadores, quando se questiona o perfil solicitado pelas empresas e o que esperam dos estagiários, passamos a ter noção de como é complicado desenvolver, no decorrer do curso, um trabalho diante das demandas encontradas.

COORDENADOR DE EDIFICAÇÕES, 2013.

Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?

De liderança. Tem que ter liderança, porque, afinal de contas, vão trabalhar com ser humano, com peão, com operários e muitos desses operários não têm estudo; então, se a pessoa não tiver uma liderança em si realmente fica complicado.

Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos/as enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?

A principal dificuldade, ainda no início, é a falta de experiência, porque é complicado, realmente, você sair da academia e ir direto pro mercado de trabalho. Muitos estágios... Não deu pra ter todo esse... Sentir todo esse... A situação de obra. Então, ele sente um pouquinho de impacto. Com o tempo, com certeza, isso é contornado.

O que a Coordenação de Curso ou a instituição de ensino pode fazer para contornar essas dificuldades?

É propor cada vez mais práticas, não só de estágio, mas também em si, de contato com a obra. Muitas visitas técnicas, muita troca de informações através de palestras, minicursos e encontros.

Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?

Eles... Vou lhe contar uma história: A Coordenação... Redes de Computadores era curso técnico em informática; então, devido [a], aqui no estado do Amapá, não ter uma demanda pra essa área, por que o curso técnico em informática, a pessoa é mais desenvolvedor, programador; então, a primeira turma que ingressou, em 2011, ela era do técnico em informática, e nós tivemos que mudar essa matriz: mudou o nome do curso – o curso passou de Técnico em Informática para Técnico em Redes de Computadores, que é o que a gente tá atualmente; essa turma ainda não formou, foi uma discussão para haver essa mudança. Por que mudar? A priori, a intenção de mudar era pensando em, já que o mercado não teria vaga suficiente para aqueles nossos alunos que precisariam estagiar, porque não é perfil do estado essa área de desenvolver programação; então, a gente teve que mudar para Técnico em Redes de Computadores, onde a gente tem uma demanda boa de estágio, digamos, para absorver esses alunos que ia ser necessário esse estágio obrigatório.

Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos/as enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?

A principal dificuldade deles, hoje, depende, porque a gente ainda não tem nem uma turma formada [na forma] integrada. Eu vou falar sobre a turma do subsequente que já formou. Quase todos os nossos alunos que tinham a intenção de ingressar no mercado de trabalho, da turma que formou, eles ingressaram, tanto é que foi aquela correria pra gente concluir o estágio deles, e certificar eles. Eu acho que a principal dificuldade deles, hoje, como eles mesmos colocam pra mim, é a falta de práticas deles; às vezes aparece oportunidade de trabalho, mas eles têm um certo temor de irem para o mercado de trabalho. Isso são depoimentos de alunos falando pra mim: porque não teve uma prática boa do curso dele, ele acha que não será um bom profissional. Eu falo pra eles o seguinte: independente de vocês terem tido essa boa prática aqui ou não, vocês têm que irem sem medo pro mercado de trabalho, e

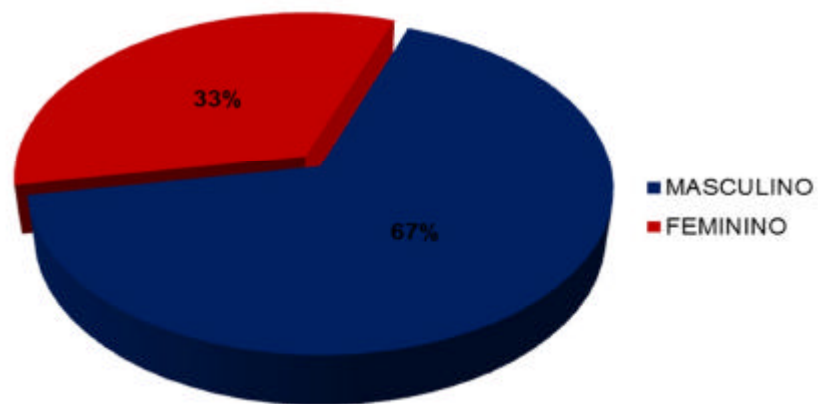
lá vocês terão a oportunidade de capacitarem-se também. E do que eles precisarem, eles sempre vão poder contar conosco: a turma que [se] formou, que apresentou essa deficiência na questão da prática, a gente procurou uma medida paliativa pra minimizar esses problemas; a gente organizou quatro minicursos pra eles, tentando sanar esses problemas, curso na área de manutenção e cabeamento estruturado.

Ao analisarmos essa duas perguntas, percebemos que o IFAP/ Campus Macapá, por meio de seus servidores, tem força de vontade para atuar e fazer o melhor; mas ainda existem alguns pontos que devem ser retomados. Por exemplo, a falta de orientador de estágio – quando existem, eles servem pra tirar dúvidas. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de entrevistar orientadores do integrado pelo fato de o estágio ainda não estar acontecendo e não existir definição de papéis em relação a quem será o orientador, porque só será escolhido quando o aluno começar a estagiar.

4.1.5 OS DOCENTES

A pesquisa contou com a participação de 33 docentes do Ensino Médio Integrado; destes, 22 de sexo masculino e 11, feminino (Gráfico 2), havendo, quanto ao nível de escolaridade, 36% de especialistas (Gráfico 3), em que 31 professores eram do quadro efetivo e dois, substitutos. O questionário aplicado aos sujeitos pesquisados foi composto de 37 perguntas relacionadas à discussão e análise de temas como: nível de escolaridade, nível de conhecimento dos pesquisados a respeito do estágio supervisionado; a compreensão das mudanças ocorridas na prática educativa; a experiência docente no IFAP/*Campus* Macapá.

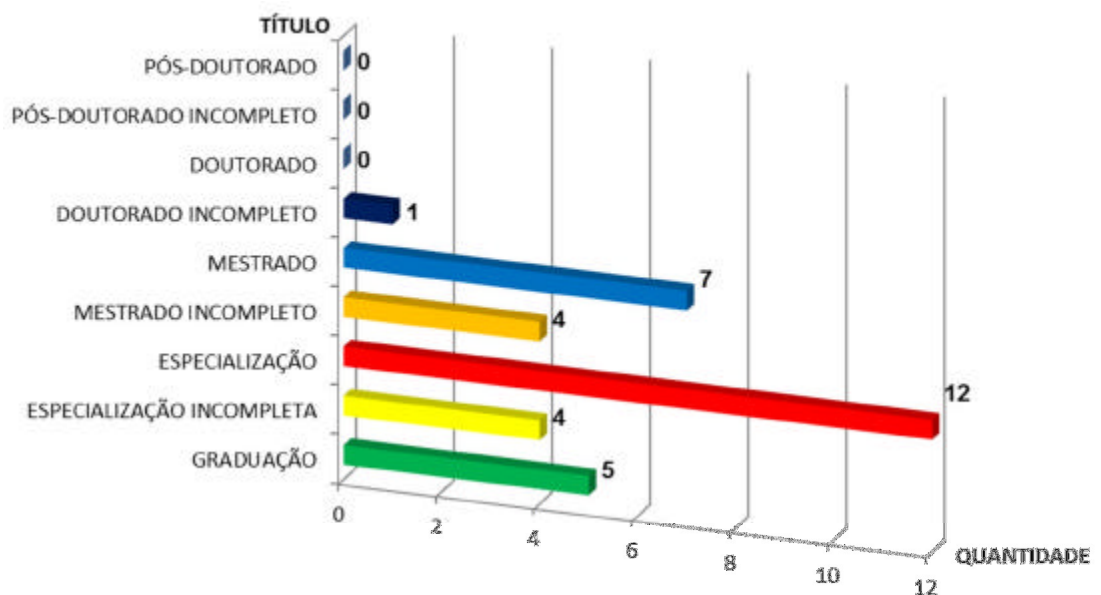
GRÁFICO 2 – Distribuição por gênero dos docentes. IFAP/Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013

O gráfico acima relata a distribuição por gênero, na qual percebemos uma porção maior do gênero masculino, no Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Amapá.

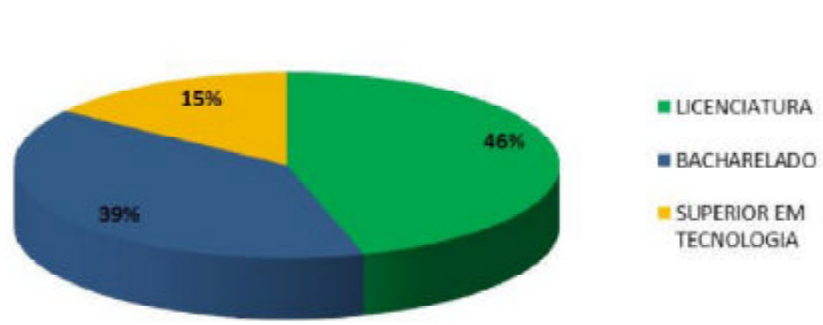
GRÁFICO 3 – Nível de escolaridade dos docentes. IFAP/Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013

O Instituto Federal de Educação possui em seu corpo docente, à vista do Gráfico 3, 12% de especialistas, compreendendo, aliás, uma gama bem variada de titularidades e respectivos quantitativos. O gráfico deixa bem claro que o mestrado se encaminha para um crescimento representativo, em torno de 36%, dentro dessa especificidade, e 33% dentro do quadro docente. O que nos reporta a uma visão característica sobre o mercado de trabalho diante da mundialização, na qual vivenciamos o processo de mudança no setor trabalhista, com exigência de total produtividade. Acredita-se que quem possui especialização encontra portas abertas para o mercado de trabalho. Em outras palavras, segundo Antunes (1997, p.121) o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem se torna ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas de vida.

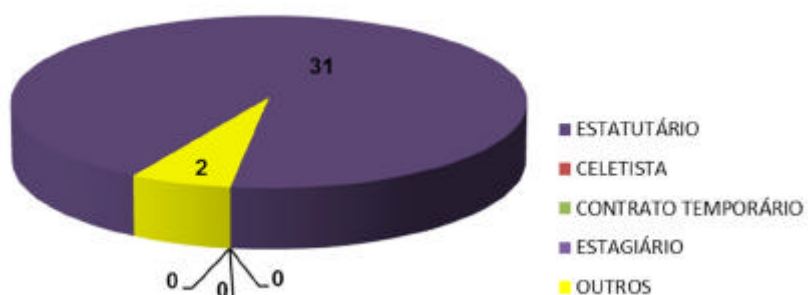
GRÁFICO 4 - Qualificação dos docentes. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

O Gráfico 4, que indica os percentuais de qualificação dos docentes, aponta para uma composição equilibrada entre licenciados e bacharéis, tendo a área tecnológica um percentual adequado à sua necessidade. O resultado dessa análise nos reporta a entender que, conforme a Divisão Social do Trabalho, cada grupo de trabalhadores exerce uma função específica. Isso ressalta a capacidade do ser social de executar as tarefas para as quais apresentem maiores habilidades.

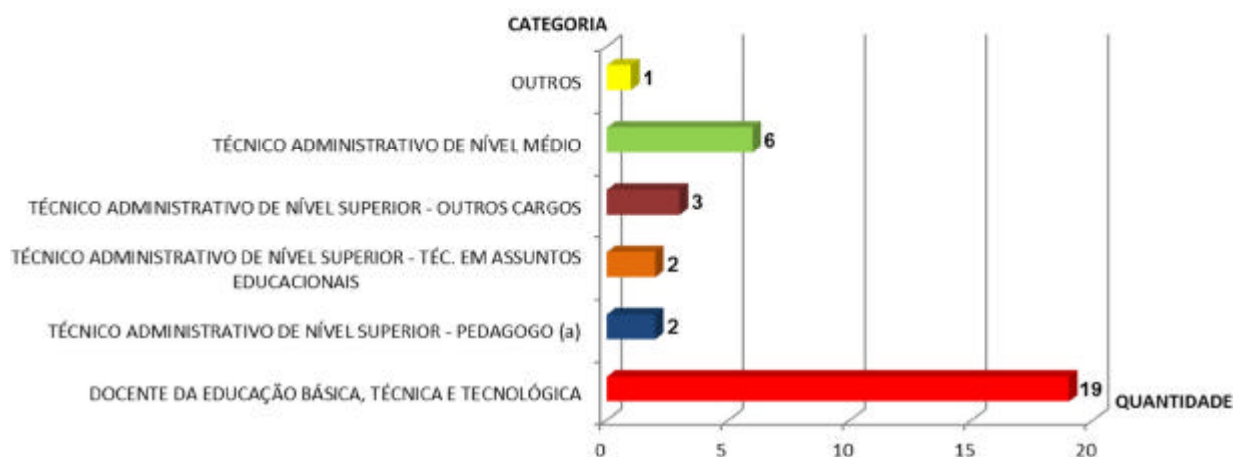
GRÁFICO 5 - Vínculo institucional. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

O quantitativo, descrito no Gráfico 5, de profissionais vinculados pelos regimes estatutário e celetista somente consolida o quadro funcional da instituição. Mas entendemos que, a partir de tais instrumentos normativos, o trabalhador passa a ser classificado como um ser vinculado ao setor público ou ao privado e que, posteriormente, fará jus ao seu tempo de serviço como alguém que contribuiu para o mercado por meio da sua produtividade laboral.

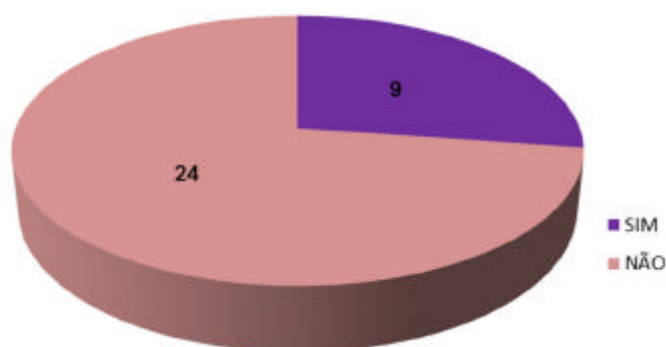
GRÁFICO 6 - Categorias funcionais. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

As informações relacionadas às categorias funcionais (Gráfico 6) indicam uma distribuição equilibrada das especificidades relacionadas à estrutura funcional de pessoal. A apropriação, pela pedagogia das competências, sempre do ponto de vista do capital, de concepções que têm sido elaboradas no âmbito da pedagogia socialista, estabeleceu tal ambiguidade nos discursos e nas práticas, que muitos profissionais e políticos da educação têm sido levados a imaginar que, a partir das novas demandas do capital no regime de acumulação flexível, as políticas e propostas pedagógicas de fato passaram a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho, do ponto de vista da democratização.

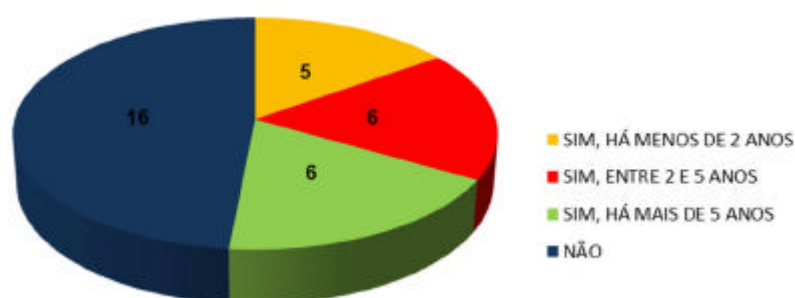
**GRÁFICO 7 – Ocupação de cargo administrativo por docentes.
IFAP/ Macapá, 2013.**



Fonte: Questionário Online (elaboração da autora), 2013.

Os dados sintetizados no Gráfico 7 mostram que os nove ocupantes de cargos representam um percentual de 27,3%, o que deixa claro a racionalidade no deslocamento de profissionais para ocupação de cargos. Segundo Carvalho e Bauer (2011, p. 100), os profissionais, diante da crise do capital e dos desafios para a qualificação profissional, devem possuir uma formação básica mais ampla que valorize os conhecimentos facilitadores da organização do trabalho em grupo, o desenvolvimento de liderança, o espírito coletivo e o sentimento de responsabilidade e, diante de uma árdua missão, serem multifuncionais, polifuncionais, em síntese perfeitos para assumir cargos.

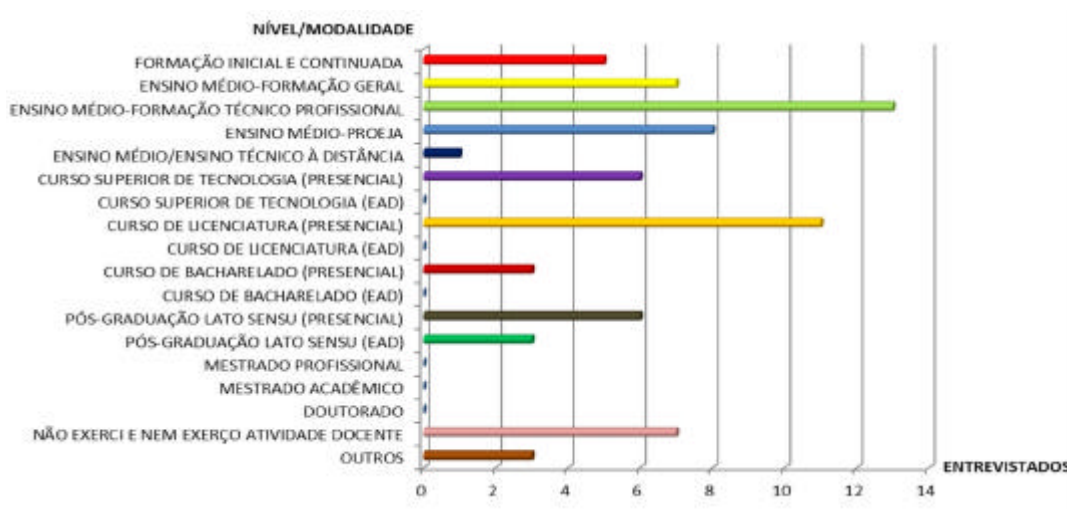
GRÁFICO 8 – Atuação em outra instituição como docente ou técnico-administrativo. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

Com relação à experiência no campo de ensino técnico, o Gráfico 8 apresenta uma distribuição bem equacionada entre os profissionais que já atuam e aqueles que estão iniciando nessa modalidade de ensino. Segundo Carvalho e Bauer (2011, p.106), as políticas educacionais enfatizam a necessidade de um novo perfil, moldado pelo desenvolvimento de competências e de saberes que estariam sendo exigidos pelo mundo do trabalho em razão de novas formas e processos de organização e adequação do trabalho na sociedade do conhecimento. Entendemos que a experiência também conta, no setor pedagógico, pois o licenciado vai possuir mais meios de organizar uma aula com didáticas e metodologias apropriadas para aquisição do conhecimento pelo aluno.

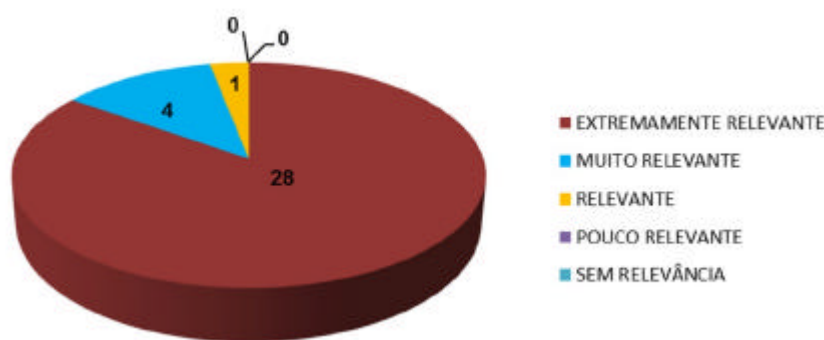
GRÁFICO 9 – Níveis e modalidades de ensino em que o docente atuou durante os últimos três anos. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

O Gráfico 9, acima, apresenta a atuação dos entrevistados nos últimos três anos, mostrando uma acentuada lotação nos cursos de regime presencial em diversificadas modalidades. Esse demonstrativo faz compreender o grau de experiência que os profissionais do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá possuem em relação à prática pedagógica.

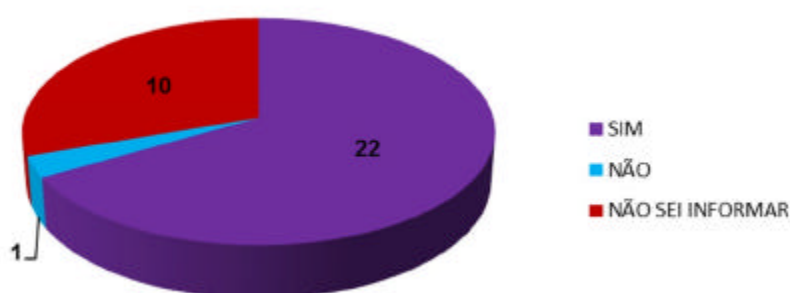
GRÁFICO 10 – Opinião dos docentes quanto ao nível de relevância da atividade de estágio supervisionado para a formação de técnico do nível médio. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

A atividade de *estágio supervisionado*, entre os entrevistados, aponta, numericamente, para a importância do estágio na formação técnica em nível médio. Krawczyk (2005, p.803) se reporta a um dos principais eixos da reforma educacional, ocorrida nos anos 90, do século XX, na América Latina, que foi a consolidação de uma nova organização e governança do sistema educacional e da escola, o que possibilitou uma reestruturação no ensino em que as modalidades profissionais passaram a dar oportunidade de emprego para aqueles que terminassem os cursos técnicos. O que vemos no Gráfico 10 é que mais da metade dos profissionais entendem que é extremamente importante o *estágio supervisionado* na formação do aluno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

GRÁFICO 11 – Opinião dos docentes quanto à obrigatoriedade da atividade do *estágio supervisionado* nos cursos do IFAP/ Macapá, 2013.

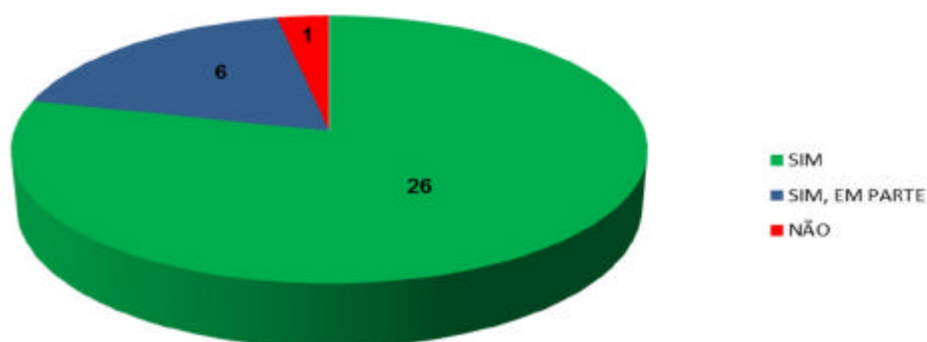


Fonte: Questionário Online (elaboração da autora), 2013.

À pergunta registrada, acima, como título do Gráfico 11, os 22 entrevistados que responderam sim são representativos da afirmação da obrigatoriedade do estágio supervisionado na estruturação dos cursos em nível técnico. Segundo o Conselho Nacional de Educação, as reformas educacionais, iniciadas com a LDB, foram profundamente alteradas no final da década de sessenta e início da década de setenta, quando os estágios passaram a ter obrigatoriedade na formação do profissional. (BRASIL.

MEC: CNE, 2003). É necessário entender, também, que as identificações a respeito dessa obrigatoriedade trazem algumas contradições em relação à formação e ao emprego, principalmente quando o estágio é confundido com emprego. O mesmo Parecer, acima citado, deixa claro, na sua página 11, que a atividade de estágio não se configura como emprego e, em consequência, exige continuo acompanhamento e contínua avaliação por parte das escolas e das empresas. O estágio é um processo formativo que, sem a participação de ambos (escola-empresa), não é considerado um programa de estágio supervisionado.

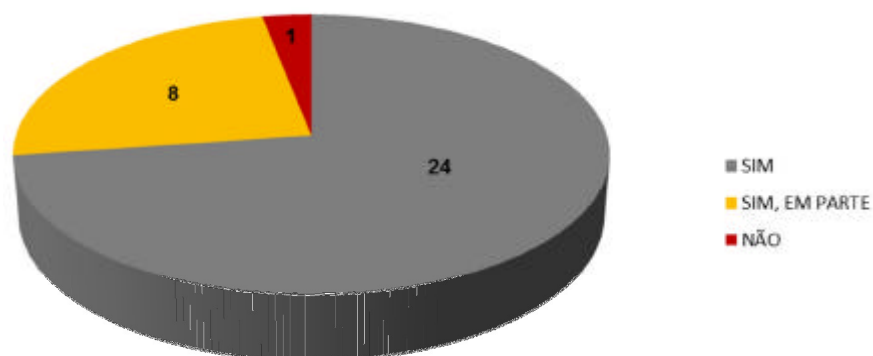
GRÁFICO 12 – Opinião dos docentes em relação à certificação dos cursos técnicos de nível médio ser condicionada à conclusão das atividades de *estágio supervisionado*. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

O Gráfico 12, acima, indica um posicionamento dos entrevistados a favor da indispensável relação entre a atividade de estágio supervisionado e a certificação do curso.

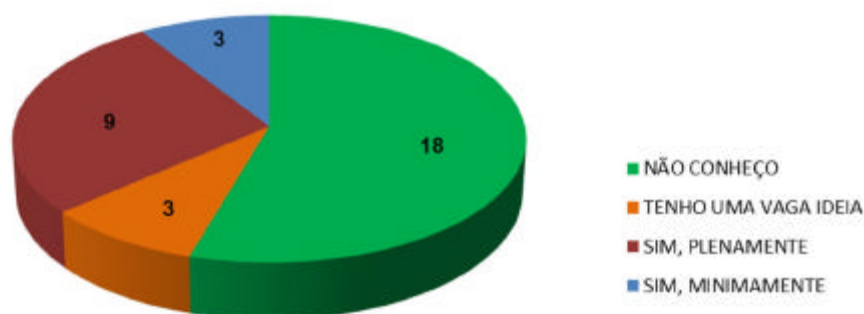
GRÁFICO 13 – Certificação X conclusão do curso técnico. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

O gráfico acima representa a resposta à pergunta apresentada aos professores, se eles acham correto condicionar a certificação do técnico em ensino médio à atividade de estágio. Levando em consideração os oito entrevistados, que representam 24,3%, que concordam “em parte”, temos a descrição de um resultado substancialmente favorável ao condicionamento da formação no ensino médio integrado ao processo de estágio supervisionado.

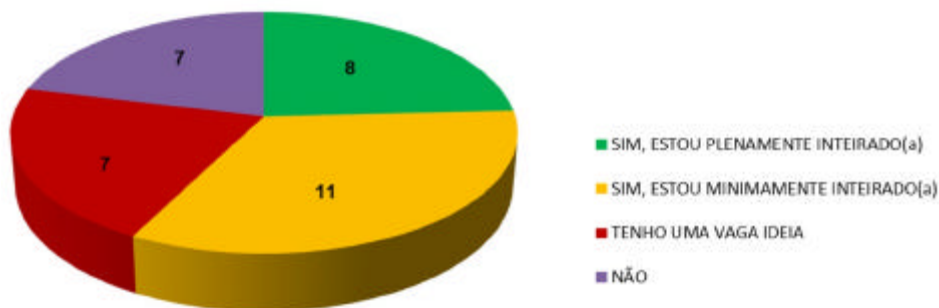
GRÁFICO 14 – Oportunidade dos docentes de conhecer o ambiente onde os alunos realizam suas atividades de estágio supervisionado. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

Os resultados observados no Gráfico 14, apesar de apresentarem certo equilíbrio, apontam o desconhecimento de ambientes de estágios por parte dos professores. O que vem confirmar o que os alunos em entrevista relataram: a não existência de concedentes para a prática de estágio. Pois, se os professores, que deveriam ser os orientadores escolhidos, não conhecem o lugar de estágio, isso é um indicativo da prática inerte em relação às empresas, e se amplia como um ponto relevante no processo de alinhamento entre a relação teórica e prática.

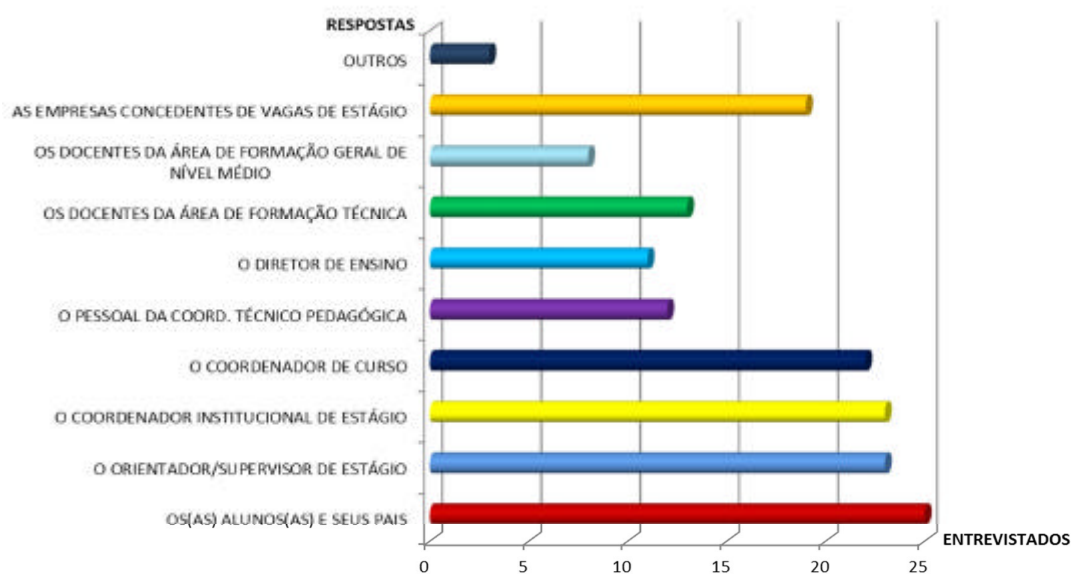
GRÁFICO 15 – O conhecimento dos docentes em relação a atividade do estágio supervisionado. IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

Os números apresentados no Gráfico 15 conduzem a análise para um consenso no que se refere ao conhecimento dos entrevistados sobre a realização dos estágios supervisionados.

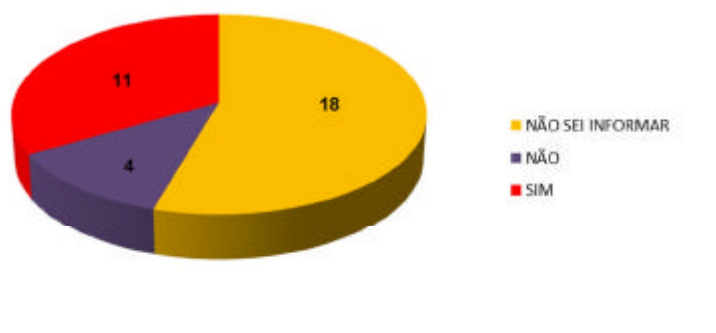
GRÁFICO 16 – Respostas à questão: *Quem deve se preocupar com o bom desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado dos alunos dos cursos técnicos?* IFAP/ Macapá, 2013.



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

As responsabilidades sobre o desempenho do aluno aparecem bem distribuídas no Gráfico 16, tendo os docentes entrevistados direcionado para alunos, pais, orientador de estágio, coordenador de estágio, coordenador de curso e empresas, o maior grau dessas responsabilidades.

GRÁFICO 17 – Respostas à questão: *A instituição já promoveu ou promove oportunidade de discussão acerca da atividade de estágio supervisionado dos cursos técnicos que oferece?*



Fonte: Questionário *Online* (elaboração da autora), 2013.

Os 18 entrevistados que não souberam informar podem induzir a uma conclusão errônea sobre a discussão do estágio probatório; no entanto, é importante observar que, nesse grupo, a desinformação pode estar condicionada ao tempo de serviço na instituição.

4.2 AS CONCEPÇÕES E AÇÕES DOS ESTUDANTES

As exigências mercadológicas, atreladas ao sistema capitalista, trouxeram a esta pesquisadora novas indagações em relação à educação e sua institucionalização em relação à forma de contribuir para o desenvolvimento profissional dos alunos de ensino médio integrado.

As concepções aqui apresentadas foram extraídas de questionários *online*, nos quais, orientados por esta pesquisadora, os alunos foram levados ao laboratório de informática para preenchê-los, com o intuito de garantir o retorno dos questionários e o preenchimento das respostas sem que ocorresse manipulação de outras pessoas.

FIGURA 3 - Alunos no Laboratório de Informática respondendo aos questionários referentes à pesquisa.



FONTE: Autoria própria. Arquivo pessoal da autora, 2014.

Assim, passamos a analisar as respostas obtidas nos questionários. Da posse do material e a partir das respostas, novas indagações foram surgindo, e a realidade encontrada não condizia com a expectativa que a pesquisadora havia internalizado no início do projeto de mestrado. O que quero deixar claro aqui é que, ao escolher para pesquisar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, a partir dos cursos ofertados, buscava atender à expectativa do aluno na sua formação para o mercado de trabalho. E à preocupação com a existência de empresas para garantir a demanda uma vez que logo a atividade do estágio supervisionado seria componente curricular obrigatório.

Inicia aqui o dilema desta pesquisadora de não se envolver com seu objeto de estudo para que a pesquisa não sofresse alterações, fase difícil até para colocar no papel, pois com as respostas passamos a entender o momento que considero crítico, de vez que, diante dessas, novas indagações surgiram, do tipo: como atender às exigências mercadológicas sem a garantia de um estágio formador? A quem compete intervir junto às concedentes para solicitação de vaga de estágios? As transformações da década de 1990 chegaram realmente no Estado do Amapá?

E me vi, aqui, em meio a tantas referências bibliográficas e tantas indagações, pois faço parte da esfera profissional que anseia atender ao mercado de trabalho para não ficar alheia aos avanços ideológicos. E me apropriado, neste momento, de uma expressão que, durante as leituras do referencial teórico, me fez refletir sobre o quanto somos massa de manobra e o quanto deixamos que ocorra a “desideologização do discurso educacional, como meio de despolitizar e desqualificar as lutas sociais.” (SANTOS, 2007, p.3).

E nisso, vêm-se acendendo novas indagações que repercutem sobre todo o meu trabalho: A quem beneficia o ensino médio quando o aluno não consegue que seja garantido seu estágio supervisionado por falta de oferta por empresas adequadas à sua formação? Que formação estamos camuflando? Quais os objetivos de se trabalhar para um sistema que continua sendo excludente? Como lidar com uma concepção do tipo “te vira” porque, no final, você tem que ter “X horas”, caso contrário não se forma; entre outras. Logo vem a reflexão sobre a importância de um estudo mais aprofundado em relação ao sistema educacional e suas formas de definir a condução da prática pedagógica da instituição.

Todas essas e muitas outras indagações fomentam o substrato ideológico do saber intelectual e científico, fixado sob a égide de garantir um ensino de qualidade que atenda à demanda profissional. Temos a relação trabalho-capital que fala mais alto e retrata as concepções de um ensino, na maioria das vezes, falido pelas diferentes formas de inovação, muitas vezes não acompanhadas, e pela falta de compreensão da realidade escolar para com as transformações ora existentes.

Feita a análise das entrevistas e dos grupos, entendemos que o ensino que estamos realizando para a formação de profissionais para o mercado de trabalho não está atendendo à expectativa e às mudanças que aconteceram; isso é fato. Percebe-se, então, que estamos “reproduzindo” massa de manobra para um sistema que dita normas e dita regras com as quais não estamos sabendo conduzir o indivíduo que procura o ensino profissional para ter, de imediato, uma vaga no mercado de trabalho.

Todavia, como ele vai garantir uma vaga no mercado de trabalho se o curso que ele escolheu, na sua logística deixa a desejar. Pois, segundo o Parecer CNE/CEB nº 35/2003, relata o estágio supervisionado como fonte de qualificação.

[...] Na realidade, o estágio supervisionado propicia ao aluno a oportunidade de qualificação prática, pela experiência no exercício profissional e social, acompanhado e supervisionado profissionalmente, o que torna uma atividade facilitadora da obtenção de um trabalho, na maior parte das vezes, do primeiro emprego. (BRASIL. MEC : CNE, 2003, p.10).

Observem a importância dada ao estágio como agente formador, e que, na visão dos alunos do terceiro e quartos anos, é um dos grandes gargalos do IFAP; e um dos grandes desafios a ser enfrentado, pois precisa garantir aos estudantes o direito à formação integral capaz de inseri-lo no mercado de trabalho, aplicando e produzindo conhecimentos científicos e tecnológicos.

O *estágio supervisionado* é elemento obrigatório em todos os cursos técnicos em ensino médio integrado e tem como objetivo geral preparar os estudantes que poderão suprir a demanda do mercado local, formando mão de obra qualificada para atuar nos diversos ramos de trabalho no Estado do Amapá.

É parte integrante da prática profissional, iniciado a partir do terceiro módulo, com carga horária mínima de 200 horas. O estágio deverá obedecer às normas instituídas pelo IFAP, estabelecidas na Resolução N° 001/2011-CONSUP, de 26 de janeiro de 2011, e a Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como “lei do estágio”.

O estágio supervisionado tem por objetivo oportunizar experiências por meio de atividades inerentes às áreas específicas de cada curso, devendo as atividades programadas manter uma correspondência com o perfil do curso e com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso. Conforme estabelecido no artigo 2º, do Decreto n° 87.497/1982, e no artigo 1º, da Lei no 11.788/2008, o “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação profissional [...]”, compreendendo atividades de cunho profissional, social e cultural, realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino.

A função do estágio pode ser assim resumida: dar um referencial à formação do estudante; esclarecer seu real campo de trabalho durante sua formação; motivá-lo, ao permitir o contato com o real: teoria x prática; dar-lhe consciência das suas necessidades teóricas e comportamentais; e dar-lhe uma visão geral do setor produtivo e da empresa em especial.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, possuía, na modalidade integrado, no ano de 2014/1, um total de 551 alunos. Nosso foco foi analisar as concepções dos alunos do terceiro e quarto anos, que estivessem na iminência de realizar o estágio ou já estivessem realizado o estágio supervisionado.

Responderam aos nossos questionários *online* 119 alunos, assim distribuídos: do 3^o ano de Alimentos, 29 alunos; de Edificações, 35 alunos; de Mineração, 28 alunos; de Redes de Computadores, 24 alunos. Já nos 4^{os} anos, temos: de Alimentos, 24 alunos; de Edificações, 33 alunos; de Mineração, 23 alunos; e de Redes de Computadores, 46 alunos, divididos em turmas A (25 alunos) e B (21 alunos).

O questionário foi elaborado com questões objetivas e subjetivas, a partir das quais obtivemos dados iniciais dos perfis correspondentes aos alunos do IFAP / *Campus* Macapá, cuja maioria é oriunda da capital Macapá. Os questionários foram respondidos por alunos do integrado e do subsequente, com idades entre 14 a 30 anos, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, que se identificaram como grupo étnico de cor parda. São jovens que ainda residem com os pais, em bairros diversificados, não havendo concentração em bairros próximos ao IFAP – o que nos chamou a atenção, porque, geralmente, procuram escolas nas proximidades de suas residências e pela importância de se estudar numa instituição federal, o que faz com que o deslocamento aconteça sem maiores problemas.

A capacidade econômica dos alunos que responderam ao questionário varia entre um e dois salários mínimos; a maioria ainda mora com os pais e depende deles financeiramente. O nível escolar dos pais está entre superior completo e incompleto, alguns com pós-graduação em nível de doutorado. Os estudantes escolheram fazer o curso pelo fato de ser uma oportunidade de entrarem mais rápido no mercado, o que ganha influência, na visão de muitos, quando se é de uma instituição federal.

Os alunos se mostraram satisfeitos com o curso que escolheram, até porque têm planos de cursar uma faculdade e já vinham pensando na relação com o curso técnico, conforme informações abaixo retiradas dos questionários respondidos por eles ³:

QUANDO CONCLUIR ESSE CURSO, QUAIS SÃO SEUS PLANOS PARA O FUTURO?

Aluno 1 - *Trabalhar na minha área, fazer faculdade em ciência da computação e me focar mais na área de desenvolvimento de jogos eletrônicos.*

Aluno 2 - *Fazer um curso de nível superior e, a princípio, ingressar no mercado de trabalho como técnico na área que escolhi estudar.*

Aluno 3 - *Após a conclusão dos estudos nessa instituição, minhas expectativas são de ingressar diretamente em uma universidade, para estudar uma área relacionada com o que eu curso atualmente...*

Como nosso objeto de estudo é o *estágio supervisionado*, partimos deste momento em diante a identificar e fazer uma análise mais profunda em relação às concepções que os sujeitos da pesquisa demonstram nas respostas aos nossos questionamentos.

O que é ESTÁGIO SUPERVISIONADO para você?

Aluno 1 – *E um tipo de estágio em que alguém com mais experiência ou formação que eu supervisiona o meu trabalho como*

³As impressões, opiniões e sentimentos de todos(as) os(as) alunos a propósito do IFAP e, especialmente, do estágio supervisionado do respectivo curso foram obtidos por meio de respostas em questionário respondido, por escrito, *online*. Sua apresentação, neste capítulo, se faz pelo registro *verbatim* de passagens selecionadas dessas inúmeras respostas, após categorização, organização e análise do conjunto de respostas.

estagiário, a fim de me ajudar com qualquer dúvida ou para me avaliar como estagiário.

Aluno 2 – *É um estágio onde terá uma pessoa para ser seu chefe e essa pessoa vai ser seu supervisor, vai dar ensinamentos e trabalhos para que possa ser um bom profissional.*

Aluno 3 – *É um estágio onde existe a presença de coordenadores da nossa área que ficam monitorando nosso avanço na área de trabalho.*

Aluno 4 – *É o estágio em que a escola monitora o desempenho do aluno no estágio.*

Aluno 5 – *É um estágio em que estarão presentes um professor da área e a coordenadora de estágio.*

Aluno 6 – *O estágio supervisionado é uma forma de preparação do estudante para o mercado de trabalho. O estudante fica em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo um papel profissionalizante, programado ou projetado, com duração e supervisão constantes de leis e normas.*

Aluno 7 – *Um estágio que tenha um professor ou coordenador que oriente o estagiário enquanto ele realiza uma determinada coisa.*

Aluno 8 – *Estágio supervisionado é um curso no qual o estagiário tem uma espécie de supervisor como sua companhia, e que o auxiliará no que for necessário...*

O que percebemos é que, para os alunos, ainda não está tão claro o significado do *estágio supervisionado*, pois, de acordo com as informações acima citadas, na visão dos estudantes, o conceito se restringe a ter uma pessoa para supervisionar e fiscalizar, e não entendem que é uma atividade que contribuirá para a sua formação. Outra informação que nos chamou atenção é que eles consideram *extremamente importante* o estágio; agora, quando se questiona sobre a realização do estágio, é quase unânime responderem que ainda não realizaram seu estágio supervisionado por falta de vagas, interesse da instituição

ou porque ainda não disponibilizaram tempo para “ir atrás”, pois são eles que têm a incumbência de fazer o contato com a empresa, para o IFAP poder firmar acordo com a concedente. Na pergunta que fizemos – *Aposte as TRÊS principais dificuldades encontradas por você ou por seus colegas para concluir o estágio* –, eles deram as seguintes respostas:

Aluno 1 – *A instituição pouco se empenha para conseguir o estágio. Isso, afirmo porque estou "concluindo" o curso e não fiz estágio.*

Aluno 2 – *Falta de vaga; não tem empresa na área; a instituição não dá estágio.*

Aluno 3 – *Poucas vagas, falta de instituições que tenham meu curso como um trabalho e falta de parceria do IFAP com outros órgãos.*

Aluno 4 – *Ainda não sair [sic] para procurar estágio; as empresas que não estão em convenio [sic] com a escola, entrei em um site de uma Agência de Integração/Escola e o curso que estava lá não era o meu curso.*

O quadro adiante apresenta uma forma clara de entendermos e abirmos um parêntese para questionar o óbvio. Com as mudanças no novo ensino médio e mais o perfil do novo trabalhador, que profissionais estamos preparando para o mercado de trabalho? Ocorreu de fato essa transformação ou estamos reproduzindo técnicas infundadas de um sistema capitalista que vai excluir quem não tiver competência e habilidade para efetivar o tão sonhado primeiro emprego? São essas concepções que devem ser revistas e postas em prática sobre a influência de todos esses paradoxos que a educação vive hoje? Devemos analisar que referências esse profissional terá para contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, ou se será mais um a ingressar na fila do exército de reserva visível aos olhos da população local.

Segundo Santos (2007, p.10), a propagação das vantagens do “novo modelo” recorre a polarizações, rupturas, dicotomias, o que, metodologicamente, já revela sua

inadequação à compreensão dos fenômenos sociais. Não é possível explicar os fenômenos sociais a não ser compreendendo-os em suas múltiplas faces e determinações. Logo, o demonstrativo nos reporta a entender que o modelo “NOVO” do ensino médio expressa os anseios do capital, adequando a mão de obra às exigências do mercado; e se essa qualificação está aquém do requerido, como esse profissional terá sua vaga garantida sem antes ter sido preparado para entender a dinâmica do mercado?

QUADRO 4 – Resultados das respostas dos questionários dos discentes

Como você avalia a atuação de sua instituição de ensino no auxílio aos estudantes para conquista de vaga de estágio?	Sua instituição de ensino oferece informações sobre vagas de estágio?	Se você realiza ou já realizou estágio, informe em que tipo de empresa:	Se você realiza ou já realizou estágio, informe que tipo de atividade desempenhou:	Se você realiza ou já realizou estágio, informe sobre a relação da atividade desempenhada com sua área de estudo:
Atuação precária.	Não, não oferece qualquer informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Não sei opinar.	Sim, mas oferece pouca informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Não sei opinar.	Sim, oferece boa quantidade de informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Sem atuação.	Sim, mas oferece pouca informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Atuação tímida, mas satisfatória.	Não, não oferece qualquer informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Atuação tímida, mas satisfatória.	Sim, mas oferece pouca informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Sem atuação.	Não, não oferece qualquer informação.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.	Ainda não fiz nem estou fazendo estágio.
Atuação precária.	Sim, mas oferece pouca informação.	Em uma empresa privada.	Atividade produtiva.	Atividade relacionada a minha área de estudo.

E diante desse fato, muitos alunos ainda estão preocupados em deixar o estágio para o quarto ano, pois precisam se preparar para o ENEM e têm preocupação com vestibular, concurso público e outras cobranças vão fazendo como podem o ensino médio, na tentativa de garantir um lugar ao sol.

No grupo focal, realizado com a participação de alunos dos turnos da manhã e da tarde, os quais no decorrer do texto, estarei reportando de GFM (Grupo Focal Manhã), formado pelos alunos do curso de *Redes de Computação e Edificações* e GFT (Grupo Focal Tarde), formado pelos anos do curso de Alimentos e Mineração, houve uma visão mais ampla da total realidade do estágio supervisionado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFAP/*Campus* Macapá, para a modalidade integrado, ainda não definiu orientadores para acompanhar os alunos no campo de estágio, e nem possui relação com a concedente, uma vez que os alunos, mesmo estando no terceiro e quarto anos, ainda não fizeram seus estágios, por motivos que já especificamos acima.

De acordo com os participantes do grupo focal, identificamos outros pontos em relação a imputar ao aluno responsabilidade de falar com as concedentes e intermediar essa relação empresa-escola; isso dificulta a execução do estágio, pois nem sempre o aluno está preparado para ter essa conversa, e a empresa, para entender que ele precisa realizar o estágio, dado que, geralmente, quem já o fez, foi por indicação, como podemos perceber na fala da alunadoGFM.

Comigo foi diferente: eu só consegui o estágio porque a minha professora me indicou. Então... Tava difícil de conseguir pelo instituto. O estágio é obrigatório e a gente não conclui e não tem o certificado se não tiver esse estágio. Então... Acho que é uma preocupação de todos na sala, de concluir essa carga horária. Fora ela, tem o não obrigatório. O Estágio não obrigatório são 50 horas. Então, a gente só ficou sabendo dessa informação só agora. Então... Eu achei de extrema importância eu ter conseguido; se eu não tivesse sido indicada, eu realmente não sei como iria concluir essa carga horária.

Os alunos ainda consideram a indicação como a melhor forma de conseguir o estágio e garantir as horas tão almeçadas como carga horária do cumprimento desse componente. No relato do aluno GFM, é visível a falta de logística para atender à demanda e encaminhar de maneira organizada o estágio, sem que ocorra descontentamento por parte dos alunos, que são os mais afetados com tais atitudes. Questionamos: A INDICAÇÃO PARA VOCÊS É A MELHOR FORMA DE CONSEGUIR ESTÁGIO OU TEM OUTRA? Todos responderam que sim, e o GFM se pronunciou:

Porque assim... [pausa] Aqui, no Amapá, a gente tem um mercado; pelo menos, na construção civil, ele tá em constante evolução e está crescendo muito. Assim, todas as empresas alegam a necessidade de estagiários; só que, quando chega um aluno do Instituto Federal do Amapá, pelo processo do estágio ser muito burocrático e por a gente mesmo ter que tá correndo atrás. Por exemplo, uma coordenação de estágio que funcione e por esta coordenação ser de professores que têm uma quantidade de turmas pra se responsabilizar, e eles acabam deixando essa parte de estágio meio de lado, não atendem a gente; e isso acaba que a única forma de você ter o estágio seja por meio de indicação, seja por professor, seja parente, seja amigo. Eu ia conseguir um estágio por indicação do meu tio que nem da área é. Mas, conhece uma pessoa que consegue estágio pra gente – entende? E assim, a instituição não vai nas empresas buscar pra gente essas oportunidades, porque os responsáveis não têm tempo.

No segundo grupo focal, realizado na parte da tarde, cujos participantes foram alunos de Mineração e de Alimentos, percebeu-se que a CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO, para eles, não contempla um meio de adquirir formação e sim de preparar para o primeiro emprego, porque é o estágio que vai lhes fornecer esta experiência.

O QUE É ESTÁGIO?

GFT- *É colocar em prática o que se aprendeu na teoria.*

GFT - Acho que é o primeiro passo para o mercado de trabalho. Aprender como funciona a área que vamos seguir e aprender como as coisas funcionam na prática.

Percebe-se, com essas duas visões, acima, que o estágio prepara para a vida profissional, abre caminhos para o primeiro emprego e desempenha o papel de contribuir para a formação para o mercado de trabalho. Com tudo o que vemos, é uma mistura oportunizada pela falta de comunicação em definir papéis específicos, tais como: o que compete ao Instituto Federal do Amapá, o que compete às concedentes e qual o papel do aluno diante de toda essa mobilização, pois o que vemos é o aluno perdido, tentando entender como funciona o estágio, articulando a relação entre empresa-instituto e confundindo o estágio como primeiro emprego. O quadro abaixo é um demonstrativo dessa indignação por parte dos discentes:

QUADRO5 –Sugestões oferecidas pelos discentes do IFAP/ *Campus* MACAPÁ

O que você propõe para a melhoria da atividade de estágio de sua instituição de ensino?	Você gostaria de acrescentar algo para a equipe de pesquisadores que não tenha sido questionado?
Primeiro, a instituição divulgar mais como é o ensino e as aulas para que os donos de empresas se sintam seguros em contratar estudantes; e que a instituição divulgue para os alunos oportunidades de estágio e vá atrás de convênios etc.	Sim: você tem mais algum curso ou experiência na área do seu curso?
A maior quantidade de profissionais auxiliando aqueles que estão responsáveis pelo estágio em nossa instituição.	Não
Mais informação. Nós, alunos, estudantes, precisamos procurar o estágio, porque a instituição ainda não conseguiu parcerias certas com empresas para ter essas vagas para o estudantes.	Não.
A instituição se comprometer mais com os alunos de Mineração que estão abandonados pela instituição e coordenador de curso.	Sim, sou um aluno que estou no quarto ano do ensino médio e nem sequer a instituição ofereceu uma proposta de estágio para os alunos até hoje, e o coordenador de curso fica apenas naquela enrolação e não faz absolutamente nada para ao menos tentar resolver nossos problemas; seria bom se no seu trabalho colocasse, pois isso não mostra apenas minha revolta, mas sim a de todos alunos da turma B do curso integrado que estão insatisfeitos com um curso que, até ao momento, apresentou péssima qualidade! Obrigado pela atenção.

(continua)

Quadro 5 (continuação)

O que você propõe para a melhoria da atividade de estágio de sua instituição de ensino?	Você gostaria de acrescentar algo para a equipe de pesquisadores que não tenha sido questionado?
Mais informação sobre as atividades de extensão e estágio.	
Que ela faça mais parcerias, divulgue o curso, etc.	
Mais estrutura física do prédio para atender aos alunos (estagiários); mais técnicos dispostos a supervisionar os estagiários; agilidade e competência para a realização de todos os trâmites exigidos para estagiar.	Por enquanto não... Agradeço desde já pelo apoio que estão dando a nós alunos...
Maior interesse por parte da instituição	Mais informações e um acompanhamento
Está bom da forma que está	
Interesse.	Não. Mas com certeza fazer perguntas mais objetivas e não repetidas ajudaria muito as pessoas, pra não desistirem de responder no meio do caminho.
Coordenadores que desempenhem seu papel.	Não
Mais vagas e menos tempo de estágio, o mínimo possível	
Mais vagas e prioridade para os alunos do 3° e 4° ano.	
Que a instituição tenha mais efetividade e melhor comunicação com as empresas que proporcionam estágio e buscar novas empresas.	Não! As perguntas estão bem elaboradas.
Mais auxílio dos devidos responsáveis	
Há várias empresas que contratam alunos, porém não querem abrir convênio .	
Auxílio, estágio EAD, retirar o convênio.	
Auxílio, retirar convênio.	Não
Auxílio, estágio em EAD.	
Aceitar o estágio desde que seja na área.	
Não fiz estágio.	
Uma divulgação quando surgir vagas para alunos. Mais aproveitamento da parte do Instituto em ajudar o aluno a conseguir vaga em uma empresa não conveniada.	

(continua)

Quadro 5 (continuação)

O que você propõe para a melhoria da atividade de estágio de sua instituição de ensino?	Você gostaria de acrescentar algo para a equipe de pesquisadores que não tenha sido questionado?
Melhor administração no <i>campus</i> de ensino e fazer parcerias verdadeiras com empresas.	Poderia haver questões sobre as disciplinas, quais as [em] que mais houve dificuldade, relações sobre ementa do curso e professores, pois apesar da pesquisa ser sobre estágio supervisionado, o conteúdo estudado antes é de extrema importância.
Renovação no quadro funcional e aumento no apoio; e compromisso com o educando.	Valorização funcional; aumento do quadro pessoal; qualificação de pessoal; programas motivacionais.
Que haja compromisso com os alunos e também capacitação e orientação a esse aluno para que ele não chegue no mercado de trabalho boiando.	
Que tenha estágio.	
Não fiz estágio.	Não fiz estágio.
Buscar mais os alunos, pois há aqueles que estão com muita dificuldade para conseguir o estágio.	
Não fiz estágio.	Não fiz estágio
Que se preocupem com os alunos que estão terminando.	
Que acabasse o estágio. Porque não tem valor	
Tudo.	
Tudo.	
Tudo.	

O compromisso com a educação se estabelece na medida em que nós não percamos a essência do que? Para que? E como ensinar, se, diante de tantas mudanças e reformas educacionais, ficamos a velejar em alto mar, com turbulências na maioria das vezes inaceitáveis, talvez pela burocracia contingente a um domínio das legislações e outras normativas impostas por um sistema que trabalha para atender a uma parcela da população; e nós na maioria das vezes não estamos preparados para assimilar tal mudança. E comungo com Santos (2007, p. 34), quando argumenta:

A ausência de critérios objetivos nos parâmetros para que sejam assegurados os conteúdos mínimos no Ensino Médio favorece o retorno a um modelo dual de formação humana. Aqueles alunos, por serem oriundos de camadas mais favorecidas podem se dedicar aos estudos sem a preocupação com o trabalho, cursarão o Ensino Médio com as 2400 horas. Já aqueles que procurarem a formação técnica, terão uma perda de carga horária que poderá alcançar as 400 horas, equivalentes à metade de um ano letivo.

A forma dualista vem sendo estudada pelos teóricos da área educacional e demonstram ter mais qualidade, cursos breves e com menores custos. Assim, a dualidade e a dicotomia entre o ensino médio e a educação profissional devem ser entendidas não apenas como expressão atual, mas a partir da relação em que está envolvida ciência, trabalho e cultura.

5 CONCLUSÕES

Acreditamos que o ensino integrado oferecido pelo IFAP/*Campus* Macapá ainda precisa de alguns ajustes em relação à funcionalidade das atividades pedagógicas. Nossa análise das concepções e práticas de *estágio supervisionado*, no *Campus* Macapá, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, faz repensar a prática pedagógica e a maneira como o desenvolvimento do estágio supervisionado está sendo organizado.

Consideramos o *estágio supervisionado* uma parte importante da relação entre trabalho e escola. E ao retratarmos o contexto, de modo a entender a crise do capital, a reestruturação produtiva e a formação do trabalhador de novo tipo, a partir dos fundamentos sociais, políticos e econômicos da reforma da educação profissional no Brasil, buscamos compreender como se dá a preparação para o mundo do trabalho por meio de um modelo de educação profissional que deve estar integrada à ciência, ao trabalho e à cultura.

De acordo com a pesquisa realizada, alguns pontos nos chamaram atenção os quais afetam diretamente o desenvolvimento da atividade de *estágio supervisionado*, tais como: a falta de informação para os alunos em relação à funcionalidade da prática do estágio supervisionado; a falta de Regulamentação institucional para o estágio supervisionado; indisponibilidade de vagas nas empresas para atender à demanda dos estudantes, reflexo do quantitativo insuficiente de empresas; estudante fazendo a intermediação entre empresa e instituição para conseguir o estágio; a inexistência do professor orientador de estágio.

Todos os fatores acima citados evidenciam a fragilidade do *estágio supervisionado*, no Instituto Federal dos Amapá, comprovando a necessidade de se reorganizar a estrutura técnica e administrativa, uma vez que a legislação destaca a necessidade de uma vinculação estreita entre educação profissional e tecnológica, e seu desenvolvimento para a vida produtiva. A relação entre a formação básica e técnica passa a ser deficitária. Porém, aspectos positivos podem ser vislumbrados no processo de ensino e na prática, quando, na pesquisa, o corpo docente relata ser *extremamente importante* o estágio para os alunos.

Diante do exposto, é preciso definir papéis e coloca-los em prática, pois temos tudo sistematizado, mas é preciso encaminhar mudanças rápidas nas questões estruturais, para

poder atender às necessidades dos alunos que estão ansiosos por estagiar, de vez que, para os discentes do IFAP/Macapá, o estágio é uma atividade de aprendizagem social, cultura e profissional, que pode ser efetivada não só nas empresas, mas na comunidade em torno do próprio bairro. Considerem-se, por exemplo, os alunos dos cursos de Alimentos, Edificações, Redes de Computadores e Mineração, e sua possibilidade de desenvolver trabalhos de pesquisa que explicitem o caráter social das atividades de estágio.

O estágio é um instrumento curricular educativo, onde gestores, coordenadores de curso, coordenação de estágio, coordenação pedagógica, professores orientadores, empresas concedentes devem estar cientes do processo de formação profissional para sanar as dificuldades encontradas pelos estudantes na realização do estágio supervisionado.

Com o objetivo de contribuir para o bom desenvolvimento do estágio supervisionado no IFAP/Macapá, registramos aqui algumas recomendações, a saber:

v Em relação à escassez de empresas para o *estágio supervisionado*, o IFAP, *Campus Macapá*, deve agregar, nas dependências do Instituto, aqueles estudantes que, por questões diversas e adversas, não foram agraciados com vaga nas empresas concedentes;

v Ainda em relação ao estágio, existem creches, escolas, órgãos públicos com as quais o IFAP/Macapá poderia/deveria estabelecer parceria para realização do estágio, em que os alunos de Redes de Computadores poderiam organizar o(s) laboratório(s) de redes de computadores naqueles espaços; ministrar curso simples de digitação e informática básica. Os alunos de Alimentos estariam contribuindo com inovações nos cardápios da merenda escolar, nas redes de ensino e instituições outras (asilos e hospitais, por exemplo) em que essa atividade é necessária. Os estudantes de Edificações projetando, reestruturando as escolas e outras instituições da comunidade em seus espaços ociosos ou colaborando de outra forma. Os alunos de Mineração, por meio de acordos de cooperação com órgãos públicos ou cooperativas, podem fazer diagnósticos em relação a influências sobre a disponibilidade de água e os processos que requerem o uso intensivo deste recurso natural. O que procuramos demonstrar várias maneiras possíveis de se organizar o *estágio supervisionado*.

v Definir carga horária para professores orientadores de maneira que se sintam estimulados a desenvolver o trabalho de orientação.

v Promover reuniões periódicas de avaliação e visitas às empresas concedentes.

v Realizar fórum, encontros que possibilitem ao aluno apresentar sua vivência no mercado de trabalho.

Todas essas análises possibilitaram fazer minhas considerações sobre o estágio e sua contribuição na formação do profissional do aluno concluinte do ensino médio integrado, com o ideário de que é preciso rever a prática de estágio, e que a experiência do estágio seja incentivo para a formação desse profissional e para a sua inserção no mercado de trabalho como força produtiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. In: **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaios de sociologia do trabalho. Londrina (PR):Praxis,2007.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. 365 p.

ALVES, Giovanni; MOREIRA, Jani; PUZIOL, Jeinni. Educação profissional e ideologias das competências: elementos para uma crítica da nova pedagogia empresarial sob a mundialização do capital. *Educere et educare*. Cascavel (PR), v.4, n. 8, p.45-59, jul./dez. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006. 528 p.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas (SP): Autores Associados, 2004. 172 p.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.

_____. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. 131 p.

_____. **Adeus ao trabalho?** – Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez,1995.155 p.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. (Org.). **Desafios do trabalho**. Capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003, p.143-172.

BIANCHI, Anna Cecília M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em Secretariado**. São Paulo: Pioneira, 2003.

BORGES, Célia Regina Congilio. A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias.**Lutas Sociais**, São Paulo, n. 6, p. 69-82, 1996. Disponível em:<http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_celia.pdf>.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. As transformações no mundo do trabalho e as reformas educacionais do ensino médio na década de 1990. Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 3 [As transformações no mundo do trabalho e as reformas educacionais do Ensino Médio na década de 1990]. 2008. Londrina. **Anais** (eletrônicos). Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/claudemara_bortoloto.pdf>

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988: Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Constituição (1988). Emenda Constitucional N° 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Publicado no DOU de 13.9.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 19 fev.2012.

BRASIL. **Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. [2008b]**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no DOU de 30.12.2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 19 fev.2012.

_____. Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n°s 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6° da Medida Provisória n° 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 26.9.2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 19 fev.2012.

_____. Lei n° 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 26.10.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11534.htm>. Acesso em: 19 fev.2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [LDB]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 dez. 2008.

_____. *Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977*. Dispõe sobre estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo. *Revogada pela Lei nº 11.788, de 2008*.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. [2004a]. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012

_____. Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. [1997a]. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 19.8.1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm>. Acesso em: 19 fev.2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes e Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CES). **Parecer CNE/CES nº 0102, de 11 de março de 2004**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Secretariado Executivo.

_____. _____. _____. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CEB). **PARECER Nº CNE/CEB 35, de 5 de novembro de 2003**. Assunto: Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional. Parecer homologado por despacho do Ministro da Educação, publicado no DOU de 20 jan. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf>.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil**. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 15.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013. 582p.

CARVALHO, Celso; BAUER, Carlos. Os desafios da educação profissional no contexto de crise do capitalismo contemporâneo. **Org & Demo**, Marília (SP), v.12, n.1, p. 97-112, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/778/678>>.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Médio e Ensino Profissional: da Fusão à exclusão. Revista Tecnologia & Cultura, Rio de Janeiro, CEFET/RJ, ano 2, n. 2, jul./dez., 1998. p. 10-29.

DORAY, Pierre. Oferta de formação (verbete). In: ZANTEN, Agnès van (Coord.). **Dicionário de educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. (Org.). **Trabalho, formação e currículo**. Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. 166p.

FERRETTI, Celso João. A reforma do ensino técnico da década de 1990: entre a proposta e a prática. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte (MG), v. 17, n 1, p.18-34, jan./abr. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da Educação Básica. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100. Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 227 p.

_____. Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p.33-92.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Franco; MAGALHÃES, Ana Lucia. Programa de melhoria e expansão do Ensino Técnico: expressão de um conflito de concepções de educação tecnológica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **A formação do cidadão produtivo: A cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006, p. 139-150.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado**. Conceção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. 173 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlek. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências). 252p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional [PDI]**. Macapá: IFAP, 2012.

_____. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI)**. Macapá: IFAP, 2012a.

_____. **Resolução N° 001/2011-CONSUP, de 26 de janeiro de 2011**. ESTABELECE, conforme consta no ANEXO I desta Resolução, a regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma Subseqüente dos cursos Técnicos em Informática, Edificações, Secretariado e Secretariado Escolar ofertados pelo IFAP.

JÚLIO, Marcelo. Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. (Org.). **Desafios do trabalho**. Capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003, p.115-141.

KRAWCZYK, Nora Rut. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 799-819, Especial - Out. 2005.

KUENZER, Acácia Z. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 2-11, maio/ago. 2002.

KUENZER, Acácia Z A Reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETTI, J. Celso; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola. São Paulo: Xamã, 1999, p. 121-139.

LOPES, Alice Casimiro. Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. 338 p.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1987.

MAUÉS, Olgaíses C.; GOMES, Elenice; MENDONÇA, Fernanda Lopes. Políticas para a Educação Profissional Média nos anos 1997-2007. **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte (MG), v. 17, n. 1, p.109-121, jan/abr. 2008.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo: Campinas: EDUNICAMP, 2002. 1103 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 27. 2004. Caxambu (MG). **Anais** (eletrônicos). Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t0510.pdf>>.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC : SETEC, 2010. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3787-cartilha-eliezer-final&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192>.

PACHECO, Ricardo G.; MENDONÇA, Erasto F. **Educação, sociedade e trabalho**: abordagem sociológica da educação. Cuiabá (MT): Rede e-Tec Brasil, 2012. (Unidade 5 – Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho, p.70-95). Disponível em: <<http://antigo.ctead.ifpa.edu.br/ctead.ifpa.edu.br.old/etec/moodledata/filedir/05/9d/059de5d8209a61e1495150998759d1d25940d668>>. Acesso em: 22 set. 2014.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Humanitas, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. A Reforma do Ensino Médio e Técnico nas Instituições Federais de Educação Tecnológica: Da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006, p.283-309.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino médio, ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC : SETEC, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. O "novo" ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, p.19-27, maio-ago. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/292/boltec292c.htm>>. Acesso em: 15 maio2009.

ROESCH, Sylvia Maria A. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. Política, trabalho e conhecimento no novo “ensino médio”. **Trabalho Necessário** [online], ano 5, n. 5, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN05%20TIRADENTES,%20A.F.pdf>>. Acesso em: 15 maio2009.

SANTOS, Maria Vandilma; VICENTINE, Claudia ; STEIDEL, R. . Estágio supervisionado curricular: um estudo da lei 11788-08. In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 10; Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE), 1. 2011. Curitiba. **Anais** (online). Curitiba: PUCPR, 2011.

SILVA, Francisco H. Lopes da. **As mudanças no mundo do trabalho e as novas demandas de educação**. [texto eletrônico; S.d]. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/pedagogia/as-mudancas-no-mundo-do-trabalho-e-as-novas-demandas-de-educacao>>. Acesso em: 05 de dez.2014

SILVA, Maria Aline da. **Educação Profissional - Tecnológica no contexto da Educação para Todos**: uma análise onto-histórica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)– Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza (CE), 2012.

SILVA, Maria Aline da; SOUSA, Antonio Marcelo Pereira. **Trabalho, educação e crise do capitalismo contemporâneo**. Uma aproximação crítica em torno da educação profissional tecnológica. Fortaleza: UECE, 2010.

SOUZA, José dos Santos. Industrialismo, democracia e constituição do operariado em classe. **Temas & Matizes**, Cascavel (PR), v. 9, n. 17, p. 35-49, sem. 2010.

_____. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista da FAEEBA** - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 13, n. 22, p.1-15, jul./dez., 2004.

_____. O sentido e a atualidade da escola desinteressada do trabalho. **Especiaria** – Caderno de Ciências Humanas. Santa Cruz (BA), v.5, n. 13, p.69 - 92, 2003.

_____. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil** – anos 90. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223p.

_____. Os 500 anos de tradição excludente da educação Brasileira. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v.9, n. 13, p. 77-84, jan./jun. 2000. Disponível em:<<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero13.pdf>>.

_____. A crise do capital e a redefinição da política educacional brasileira nos anos 90. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 7, nº 10, p.41-70, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero10.pdf>>.

ANEXOS

Anexo A – Roteiro de entrevista: Diretor/a de *Campus*

Anexo B – Roteiro de entrevista: Diretor/a de Ensino

Anexo C – Roteiro de entrevista: Coordenador/a de Curso

Anexo D – Roteiro de entrevista: Coordenador/a de Estágio

Anexo E – Roteiro de entrevista: Coordenador/a Pedagógico/a

Anexo A



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Diretor/a de Campus)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ____h e ____ min. do dia ____ de _____ de 2013, _____ entrevistamos _____, Diretor/a de Campus do Instituto Federal _____, Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, há quanto tempo você ocupa o cargo de Diretor/a de Campus?
2. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
3. O que faz um/a Diretor/a de Campus?
4. Você gosta do que faz? Por quê?
5. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Diretor/a de Campus?
6. Quais são os cursos técnicos oferecidos nesse campus e quais modalidades?
7. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
8. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
9. Em que medida você, como Diretor/a de Campus, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?

10. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?
11. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste curso? Você poderia descrever para nós?
12. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
13. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
14. O que a Direção de Campus pode fazer para contornar essas dificuldades?
15. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
16. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
17. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
18. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
19. A gestão da atividade de estágio supervisionado está ligada à Direção de Ensino ou a outra Direção?
20. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio nesse campus?
21. Em sua opinião, quem deve ser o responsável direto pelo bom desenvolvimento do estágio?
22. Qual o papel da Direção de Campus no desenvolvimento da atividade de estágio?
23. E da Direção de Ensino?
24. E da Coordenação de Curso?
25. E da Coordenação de Estágio?

26. E da Coordenação Pedagógica?
27. E dos Orientadores de Estágio?
28. E da Empresa Concedente?
29. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
30. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
31. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
32. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
33. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
34. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
35. Como a Direção de Campus atua diante dessas dificuldades?
36. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
37. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
38. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos dos cursos?
39. A Direção de Campus tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
40. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
41. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

Anexo B



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Diretor/a de Ensino)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Diretor/a de Ensino do Instituto Federal _____ Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, há quanto tempo você ocupa o cargo de Diretor/a de Ensino?
2. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
3. O que faz um/a Diretor/a de Ensino?
4. Você gosta do que faz? Por quê?
5. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Diretor/a de Ensino?
6. Quais são os cursos técnicos oferecidos nesse campus e quais modalidades?
7. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
8. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
9. Em que medida você, como Diretor/a de Ensino, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?

10. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?
11. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste curso? Você poderia descrever para nós?
12. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
13. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
14. O que a Direção de Ensino pode fazer para contornar essas dificuldades?
15. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
16. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
17. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
18. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
19. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?
20. A Coordenação de Estágio está ligada administrativamente à Direção de Ensino ou a outra Direção?
21. Em sua opinião, quem deve ser o responsável direto pelo bom desenvolvimento do estágio?
22. Qual o papel da Direção de Ensino no desenvolvimento da atividade de estágio?
23. E da Coordenação de Curso?
24. E da Coordenação de Estágio?
25. E da Coordenação Pedagógica?

26. E dos Orientadores de Estágio?
27. E da Empresa Concedente?
28. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
29. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
30. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
31. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
32. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
33. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
34. Como a Direção de Ensino atua diante dessas dificuldades?
35. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
36. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
37. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos dos cursos?
38. A Direção de Ensino tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
39. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
40. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

Anexo C



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador/a de Curso)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ___h e ___ min. do dia ___ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Coordenador/a de Curso do Instituto Federal _____, Campus _____ . Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, que curso você coordena aqui na Instituição?
2. Há quanto tempo?
3. Qual a modalidade desse curso e seu tempo de duração?
4. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
5. O que faz um/a coordenador/a de curso?
6. Você gosta do que faz? Por quê?
7. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Coordenador/a de Curso?
8. Qual é o perfil dos/as aluno/as que frequentam o curso que você coordena?
9. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
10. Como se dá a mediação entre teoria e prática no curso que você coordena?

11. Em que medida você, como coordenador/a de curso, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
12. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?
13. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste curso? Você poderia descrever para nós?
14. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
15. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
16. O que a Coordenação de Curso ou a Instituição de Ensino pode fazer para contornar essas dificuldades?
17. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
18. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
19. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
20. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
21. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?
22. Em sua opinião, quem deve ser o responsável pelo bom desenvolvimento do estágio?
23. Qual o papel da Coordenação de Curso no desenvolvimento da atividade de estágio?
24. E da Coordenação de Estágio?
25. E da Coordenação Pedagógica?
26. E da Direção de Ensino?

27. E dos Orientadores de Estágio?
28. E da Empresa Concedente?
29. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
30. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
31. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
32. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
33. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
34. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
35. Como a Coordenação de Curso atua diante dessas dificuldades?
36. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
37. Qual seu papel no processo de desenvolvimento do estágio supervisionado pelo/a aluno/a?
38. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
39. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos do curso?
40. A Coordenação de Curso tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
41. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
42. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

Anexo D



ROTEIRO DE ENTREVISTA (Coordenador/a de Estágio)

Projeto de Pesquisa: “Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

Introdução

Hoje, às ____h e ____ min. do dia ____ de _____ de 2013, entrevistamos _____, Coordenador/a de Estágio do Instituto Federal _____ Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, você pertence à categoria de docentes ou de técnicos administrativos?
2. Há quanto tempo você ocupa o cargo de Coordenador/a de Estágio?
3. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
4. O que faz um/a Coordenador/a de Estágio?
5. Você gosta do que faz? Por quê?
6. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Coordenador/a de Estágio?
7. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
8. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
9. Em que medida você, como Coordenador/a de Estágio, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?

10. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico dos cursos e o mundo do trabalho? Que estratégias a instituição desenvolve nesse sentido?
11. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste campus? Você poderia descrever para nós?
12. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
13. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
14. O que a Coordenação de Estágio pode fazer para contornar essas dificuldades?
15. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
16. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
17. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
18. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
19. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio supervisionado?
20. A gestão da atividade de estágio está ligada à Direção de Ensino ou a outra direção?
21. Em sua opinião, quem deve ser o responsável direto pelo bom desenvolvimento do estágio?
22. Qual o papel da Coordenação de Estágio no desenvolvimento da atividade de estágio?
23. E da Coordenação de Pedagógica?
24. E das Coordenações de Curso?
25. E dos Orientadores de Estágio?

26. E da Direção de Ensino?
27. E da Empresa Concedente?
28. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?
29. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação de Estágio no desenvolvimento da atividade de estágio?
30. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
31. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
32. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
33. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
34. Como a Coordenação de Estágio atua diante dessas dificuldades?
35. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
36. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos dos cursos que os/as alunos/as frequentam?
37. A Coordenação de Estágio tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
38. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
39. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?

AnexoE



ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Coordenador/a Pedagógico/a)

Projeto de Pesquisa: "Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação do técnico de nível médio: experiência de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica".

Introdução

Hoje, às ____h e ____ min. do dia ____ de _____ de 2013,

entrevistamos

Coordenador/a
Pedagógico/a do Instituto Federal _____,
Campus _____. Nosso objetivo é coletar informações sobre o estágio supervisionado desenvolvido nos cursos técnicos dessa instituição.

1. Bom dia/Boa tarde, há quanto tempo você ocupa o cargo de Coordenador/a Pedagógico/a?
2. Você já havia assumido alguma função administrativa antes? Quais?
3. O que faz um/a Coordenador/a Pedagógico/a?
4. Você gosta do que faz? Por quê?
5. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta como Coordenador/a Pedagógico/a?
6. Você percebe alguma diferença de perfil entre os/as alunos/as dos cursos concomitantes/subsequentes, os de cursos integrados e os de PROEJA? Qual?
7. Como se dá a mediação entre teoria e prática nos cursos técnicos deste campus?
8. Em que medida você, como Coordenador/a Pedagógico/a, pode contribuir para a garantia da boa mediação entre teoria e prática na formação dos/as alunos/as?
9. Como se dá a articulação entre o trabalho pedagógico de vocês e o mundo do trabalho? Que estratégias vocês desenvolvem nesse sentido?

10. Você conhece bem o ambiente de trabalho onde atuam os/as alunos/as egressos/as deste campus? Você poderia descrever para nós?
11. Qual o perfil que as empresas empregadoras esperam dos técnicos formados nessa área?
12. Quais são as principais dificuldades que os/as alunos/as egressos enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho?
13. O que a Coordenação Pedagógica pode fazer para contornar essas dificuldades?
14. O que é o estágio supervisionado? O que se espera desse tipo de atividade?
15. Em sua opinião, que grau de importância tem o estágio supervisionado na formação de um técnico de nível médio (muito importante/pouco importante)? Por quê?
16. Para você o estágio deve ser uma atividade obrigatória na formação de um técnico de nível médio, independente da modalidade de curso? Por quê?
17. Quais os principais benefícios que o estágio supervisionado oferece aos/às alunos/as?
18. Você pode nos explicar como se dá o desenvolvimento do estágio?
19. Em sua opinião, quem deve ser o responsável pelo bom desenvolvimento do estágio?
20. Qual o papel da Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
21. E da Coordenação de Estágio?
22. E da Coordenação de Curso?
23. E dos orientadores de estágio?
24. E da Direção de Ensino?
25. E da Empresa Concedente?
26. Você considera que todos cumprem seu papel de forma adequada? Por quê?

27. Que tipo de relação é estabelecido entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica no desenvolvimento da atividade de estágio?
28. Você considera adequado o tratamento que essa instituição dispensa aos/às alunos/as que buscam vaga de estágio?
29. A partir de sua vivência com os/as alunos/as, você percebe interesse da parte deles/as pelo estágio? Por favor, explique.
30. Ainda em relação ao interesse pelo estágio, existe diferença de comportamento entre alunos/as de cursos integrados e de cursos concomitante/subsequente?
31. Quais as principais dificuldades que os/as alunos/as enfrentam para realizar o estágio?
32. Como a Coordenação Pedagógica atua diante dessas dificuldades?
33. O Corpo Docente demonstra interesse pelo estágio? Por favor, explique.
34. Qual sua atuação no estabelecimento de convênios com empresas concedentes?
35. Que relação deve haver entre a oportunidade de estágio oferecida pela empresa concedente e os objetivos do curso?
36. A Coordenação Pedagógica tem algum controle sobre a forma como as empresas lidam com os estagiários? Por favor, explique.
37. Existe alguma iniciativa no sentido de abrir a discussão junto ao quadro docente sobre o desenvolvimento do estágio supervisionado?
38. O que você acredita ser necessário para melhorar a atividade de estágio nessa instituição?
39. Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado e que você julga relevante?